

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

- Diga não ao desperdício de alimentos
- A epidemia global de obesidade
- Sustentabilidade e segurança alimentar

AMAZÔNIA

- A destruição no rio Tapajós
- Energia: o futuro da região

SOCIEDADE

- O Índice de Percepção da Corrupção
- Brasil: avanços apesar dos pesares
- O futuro da espécie humana

SUSTENTABILIDADE

- Energia, entropia, ecologia
- Transgenia e perda genética
- Réquiem para campos e matas
- Economia e ecologia sem conflito

CLIMA

- Terra: 2°C mais quente em 2012
- O avanço do aquecimento global

PORTAL ECODEBATE CIDADANIA & MEIO AMBIENTE

O PARAÍSO NÃO ESTÁ PERDIDO

SE VOCÊ BUSCA ALTERNATIVAS CAPAZES
DE VIABILIZAR UM MUNDO MELHOR,
JUNTE-SE A NÓS NA DISCUSSÃO
DOS PROBLEMAS, DESAFIOS E AMEAÇAS
À SUSTENTABILIDADE DE NOSSO PLANETA.



**AQUI VOCÊ ENCONTRA A INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL
PARA A COMPREENSÃO CRÍTICA DA REALIDADE**

www.ecodebate.com.br

- 5 Diga não ao desperdício de alimento**
O Dia Mundial do Meio Ambiente 2013 incentiva ações positivas para diminuir o 1,3 bilhão/ton de alimentos próprios para o consumo perdido e/ou desperdiçada cada ano. *Por PNUMA*
- 9 Alimentos caros e epidemia global de obesidade**
Entenda porque a alta dos preços dos alimentos em escala mundial também contribui para o aparentemente paradoxal aumento de indivíduos obesos ou com sobrepeso. *Por José Cuesta*
- 10 Energia, entropia, ecologia, economia**
Neste momento em que a sustentabilidade ocupa o centro das discussões, as proposições do economista Georgescu-Roegen sobre a natureza como limite da economia voltam a ter relevância. *Por Diego Viana*
- 13 Economia e ecologia não devem conflitar**
Mais produtos, menos ambiente. Mais economia, menos ecossistema. Quando consumo torna-se sinônimo de prosperidade material, os recursos naturais são dilapidados.. *Por Marcus E. de Oliveira*
- 14 O Brasil no Índice de Percepção da Corrupção 2012**
Segundo o índice divulgado pela Transparência Internacional, o Brasil tem pequena melhoria de 2010 para 2011, fato que não reflete os avanços observados em nossa sociedade. *Por Jorge Abrahão*
- 17 Apesar dos pesares...**
Muita coisa melhorou, mas o modelo primário, exportador, concentrador e depredador que rege a sociedade brasileira pode acabar com as poucas conquistas que fizemos. *Por Roberto Malvezzi (Gogó)*
- 20 Semente transgênica e a perda da diversidade genética**
O Programa Troca-Troca de Sementes de Milho para a safra 2013-2014 impede a autonomia dos agricultores e desconsidera os evidentes problemas ambientais, sociais e agrônômicos. *Por Fábio Dal Soglio*
- 22 As abelhas vencem o primeiro round**
Após dois anos de mobilização de pesquisadores e ONGs, a União Europeia proíbe o uso de três pesticidas letais para as fabricantes de mel e agentes de polinização. *Por Cidadania & Meio Ambiente*
- 23 Responsabilidade coletiva e o futuro da espécie humana**
O homem possui uma singularidade no conjunto dos seres: cabe-lhe a responsabilidade de cuidar e manter as condições que garantam a sustentabilidade da Mãe Terra. *Por Leonardo Boff*
- 24 A arquitetura da destruição no rio Tapajós**
O projeto de novas barragens hidrelétricas somado à exploração dos recursos minerais no oeste do Pará é uma grave ameaça à integridade do povos da floresta e da biodiversidade. *Por Carlos Juliano Barros*
- 29 Energia e o futuro da Amazônia**
Especialistas reunidos em Bogotá reiteraram no Painel Internacional sobre Ambiente e Energia na Amazônia (PIAEA) a necessidade de uma moratória para as hidrelétricas na região. *Por Hélio Carneiro*
- 30 A Terra 2°C mais quente em 2012**
O relatório Statement on the Status of the Global Climate revela que 2012 foi um dos dez mais quentes de toda a história, o que reforça o avanço do aquecimento global. *Por OMM*
- 32 Réquiem para o campo e para as matas**
Indícios apontam para a "morte matada" das pretensões de justiça no campo e de preservação do ambiente. Uma reforma agrária ao revés está ocorrendo no país. *Por José Juliano de Carvalho Filho*



Caros amigos,

Ao estabelecer o dia 5 de junho como Dia Mundial do Meio Ambiente, em 1972, a Organização das Nações Unidas tem realizado bem-sucedidas campanhas de conscientização alertando para a insustentabilidade do atual modelo econômico desenvolvimentista que exaure os recursos renováveis e não-renováveis da Terra.

A versão 2013 do evento aborda uma das questões mais dramáticas da atualidade: *a segurança alimentar*. Afinal, a cada ano, um terço de todo o alimento produzido no planeta volatiliza-se na rota campo-consumidor por perda desnecessária ou, pior ainda, devido ao desperdício. Por isso, a campanha *Pensar•Comer•Conservar* objetivando reduzir a pegada alimentar de cada cidadão do mundo merece total adesão.

Dados e estatísticas da FAO, da UNEP e da Iniciativa Fome Zero da ONU que vitaminam o artigo de abertura desta edição atestam a irresponsável “cultura do desperdício de alimentos”, que precisa ser abolida em todos os locais onde a comida é preparada e servida. Afinal, não podemos mais ficar insensíveis ao fato de que *uma em cada sete* pessoas no mundo vai para a cama com fome, e mais de 20.000 crianças menores de cinco anos morrem diariamente de inanição. Além do que não podemos esquecer que o sistema global de produção de alimento impacta profundamente o meio ambiente em seu todo. Acelerar a produção de alimento para desperdiçá-lo exacerba ainda mais as pressões sobre o planeta.

Sinalizamos ainda nesta edição outras inconseqüências da atual política desenvolvimentista, que ao adentrar a bacia do rio Tapajós semeia graves perturbações ambientais – sobretudo através dos projetos de hidrelétricas. Uma questão delicada que envolve Brasil e demais Estados que compartilham a região amazônica. Será possível “eletificar” a Amazônia continental sem provocar um desastre ambiental e social irreparável?

No andar atual da carruagem, as perspectivas são desanimadoras. Tanto que especialistas reunidos no último dia 17 de abril, em Bogotá, Colômbia, reiteraram no Painel Internacional sobre Ambiente e Energia na Amazônia (PIAEA) a necessidade de uma moratória para os projetos de implantação de hidrelétricas na região. Afinal, como muito propriamente advertiu o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) em *Decrescimento - entropia, ecologia, economia* (cf. pág. 10 desta edição), “*o limite da economia é a natureza*”.

Helio Carneiro
Editor

**câmara
cultura**

A REVISTA CIDADANIA & MEIO AMBIENTE
É UMA PUBLICAÇÃO DA CÂMARA DE CULTURA
EM PARCERIA COM A CORTEZ CONSULTORIA,
ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES -
CNPJ nº 56.798.390/0001-41

Telefax Rio de Janeiro (21) 2487-4128
Telefax Mangaratiba (21) 2780-2055
Celulares (21) 8197-6313 . 8549-1269

cultura@camaradecultura.org
www.camaradecultura.org

REPRESENTANTE COMERCIAL - BRASÍLIA

Armazem Eventos e Publicidade
PABX (61) 3034 8677

atendimento@armazemeventos.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL - SÃO PAULO

EKOS & ETHOS - Gino Trédici Neto
Celulares (11)99382-5859 - 98423-5035
trédici.neto@hotmail.com



Diretora Regina Lima
regina@camaradecultura.org

Editor Hélio Carneiro
carneiro@camaradecultura.org

Subeditor Henrique Cortez
henrique@camaradecultura.org

Projeto Gráfico Lucia H. Carneiro
lucia@camaradecultura.org

Colaboraram nesta edição

Agência O Público
Carlos Juliano Barros
Cidadania & Meio Ambiente
Diego Viana
Fábio Dal Soglio
FAO
Hélio Carneiro
Jorge Abrahão
José Cuesta
José Juliano de Carvalho Filho
Leonardo Boff
Marcus Eduardo de Oliveira
Organização Meteorológica Mundial/OMM
Programa das Nações Unidas para o
Meio Ambiente/PNUMA
Roberto Malvezzi (Gogó)
UNEP/GRID-Arendal



Visite o portal EcoDebate
www.ecodebate.com.br

Uma ferramenta de incentivo ao conhecimento e à reflexão através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos, sempre discutindo cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica.

Cidadania & Meio Ambiente também pode ser lida e/ou baixada em pdf no portal www.ecodebate.com.br

A Revista Cidadania & Meio Ambiente não se responsabiliza pelos conceitos e opiniões emitidos em matérias e artigos assinados.

Editada e impressa no Brasil.





Curt Carnemark/World Bank

DIGA NÃO ao desperdício de alimentos

O tema para as celebrações do Dia Mundial do Meio Ambiente 2013 é **Pensar • Comer • Conservar**, que visa diminuir a enorme quantidade de alimentos próprios para o consumo que é perdida e/ou desperdiçada por produtores, comerciantes e consumidores – único meio de cada indivíduo e da coletividade reduzir sua *pegada de alimento*. É chegado o momento de “pensarmos” o que compramos para comer a fim de contribuirmos para a segurança alimentar planetária e a sustentabilidade do meio ambiente.

por Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/PNUMA

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a cada ano 1,3 bilhões de toneladas de alimentos são desperdiçados. Esse volume equivale à mesma quantidade de alimentos produzida em toda a África sub-saariana. Ao mesmo tempo, uma em cada sete pessoas no mundo vai para a cama com fome, e mais de 20.000 crianças menores de 5 anos morrem diariamente de inanição.

Dado este enorme desequilíbrio no estilo de vida e os efeitos devastadores resultantes sobre o meio ambiente, o tema deste ano é um convite à conscientização para os impactos ambientais das escolhas alimentares que cada indivíduo faz, dando-lhe assim poderes para tomar decisões informadas e agir em prol da segurança alimentar e da sustentabilidade planetárias.

Enquanto o planeta se esforça para fornecer recursos suficientes para sustentar seus atuais 7 bilhões de habitantes (crescimento de 9 bilhões em 2050), a FAO estima que um terço da produção mundial de alimentos ou é desperdiçado ou perdido. O desperdício de alimentos é um sorvedouro enorme de recursos naturais e fator que contribui para os impactos ambientais negativos.

As ações de sustentabilidade que tomarmos em nossas casas repercutirão coletivamente para reduzir o desperdício de alimentos, poupar dinheiro, reduzir o impacto ambiental da produção de alimentos e forçar os processos deste setor produtivo a se tornar mais eficiente.

Se o alimento é desperdiçado, isto significa que todos os recursos e as informações utilizadas em sua produção são também perdidos. Vejamos alguns exemplos. São necessários cerca de 1.000 litros de água para produzir 1 litro de leite, e cerca de 16.000 litros são consumidos na produção da ração bovina para se comer um hambúrguer.

Assim, as emissões de gases de efeito estufa produzidos pelos rebanhos bovinos e por toda a cadeia de abastecimento alimentar acabam se tornando vão quando desperdiçamos alimento.

DESPERDÍCIO ALIMENTAR

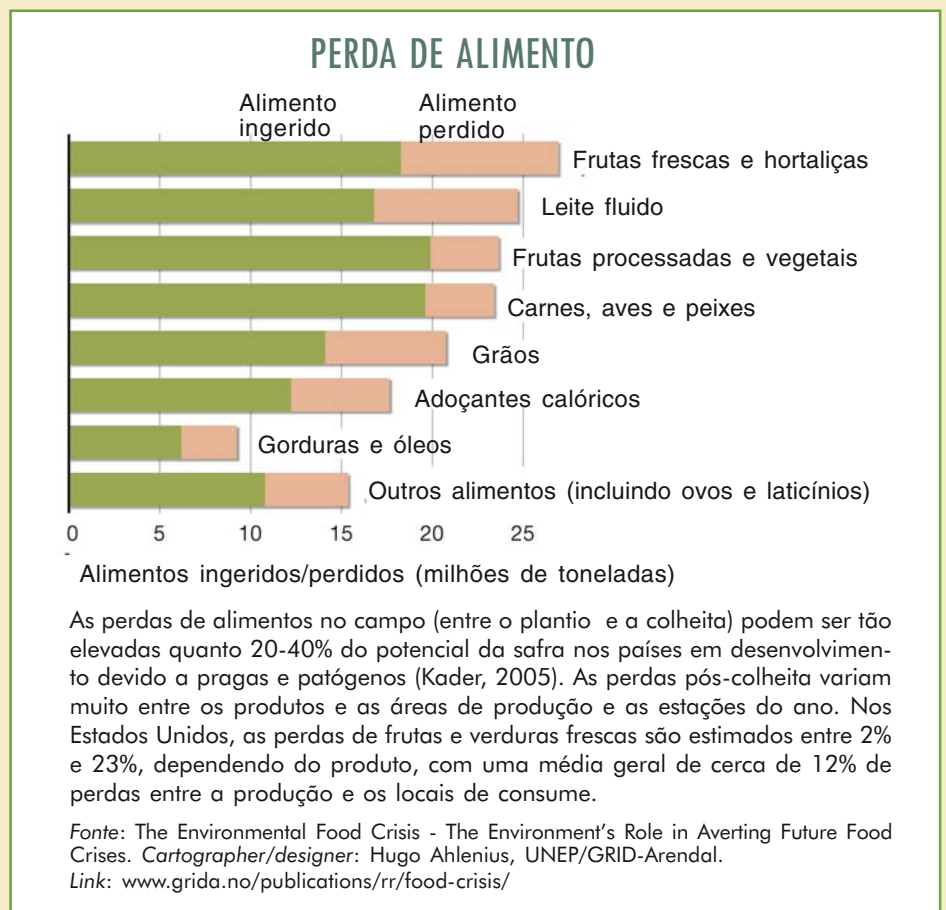
O impacto do desperdício de alimentos não é apenas financeiro. Ambientalmente, o desperdício de alimentos leva ao desperdício de produtos químicos (como fertilizantes e



Cultura de arroz em Makeni, Serra Leone. Embora desigual no continente, alguns países africanos conquistaram notável aumento da produtividade agrícola.

UN Photo / Lucien Rajaonin

“A perda de alimentos representa significativo desperdício de recursos como água, terra, energia, trabalho e capital, além de gerar desnecessárias emissões de gases de efeito estufa.”



pesticidas), ao maior consumo de combustível utilizado para o transporte, e mais alimento deteriorado, o que gera mais metano – um dos gases de efeito estufa (GEE) mais prejudiciais, e que contribui para a mudança climática. O metano é 23 vezes mais potente que o CO₂ como gás de efeito estufa. A grande quantidade de alimentos destinados a aterros sanitários contribui significativamente para o aquecimento global.

FATOS ALARMANTES

A cada ano, por volta de um terço dos alimentos produzidos no mundo para o consumo humano – cerca de 1,3 bilhão de toneladas – [e perdido ou desperdiçado.

- A cada ano, os consumidores dos países ricos desperdiçam quase tanta comida (222 milhões de toneladas) quanto toda a produção de alimentos líquidos da África subsaariana (230 milhões de toneladas).

- A quantidade de alimentos perdida ou desperdiçada todo ano equivale a mais da metade da safra anual de cereais do mundo (2,3 bilhões de toneladas em 2009/2010).

- A perda e o desperdício de alimentos também equivalem a um grande desperdício de recursos, a saber, água, terra, energia, trabalho e capital, além de gerar desnecessárias emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e para as mudanças climáticas.

- Nos países em desenvolvimento, o desperdício e as perdas de alimentos ocorrem principalmente nas primeiras fases da cadeia de valor alimentar, podendo ser atribuídas a limitações de ordem financeira, técnica e de gestão na fase de plantio e colheita, bem como às instalações de armazenamento e de resfriamento. Assim, o fortalecimento da cadeia de abastecimento através do apoio aos agricultores e investimentos em infra-estrutura e transporte, bem como na expansão da produção de alimentos e da indústria de embalagens poderia ajudar a reduzir o volume de perda e desperdício de alimentos.

- Em países de média e alta renda, o alimento é desperdiçado e perdido, principalmente nas fases posteriores da cadeia de abastecimento. Diferentemente da situação que ocorre nos países em desenvolvimento, o comportamento dos consumidores desempenha papel relevante nos países industrializados. Além disso, estudos identificam como fator que contribui para o problema a falta de coordenação entre os agentes da cadeia de suprimentos. Acordos firmados entre pro-

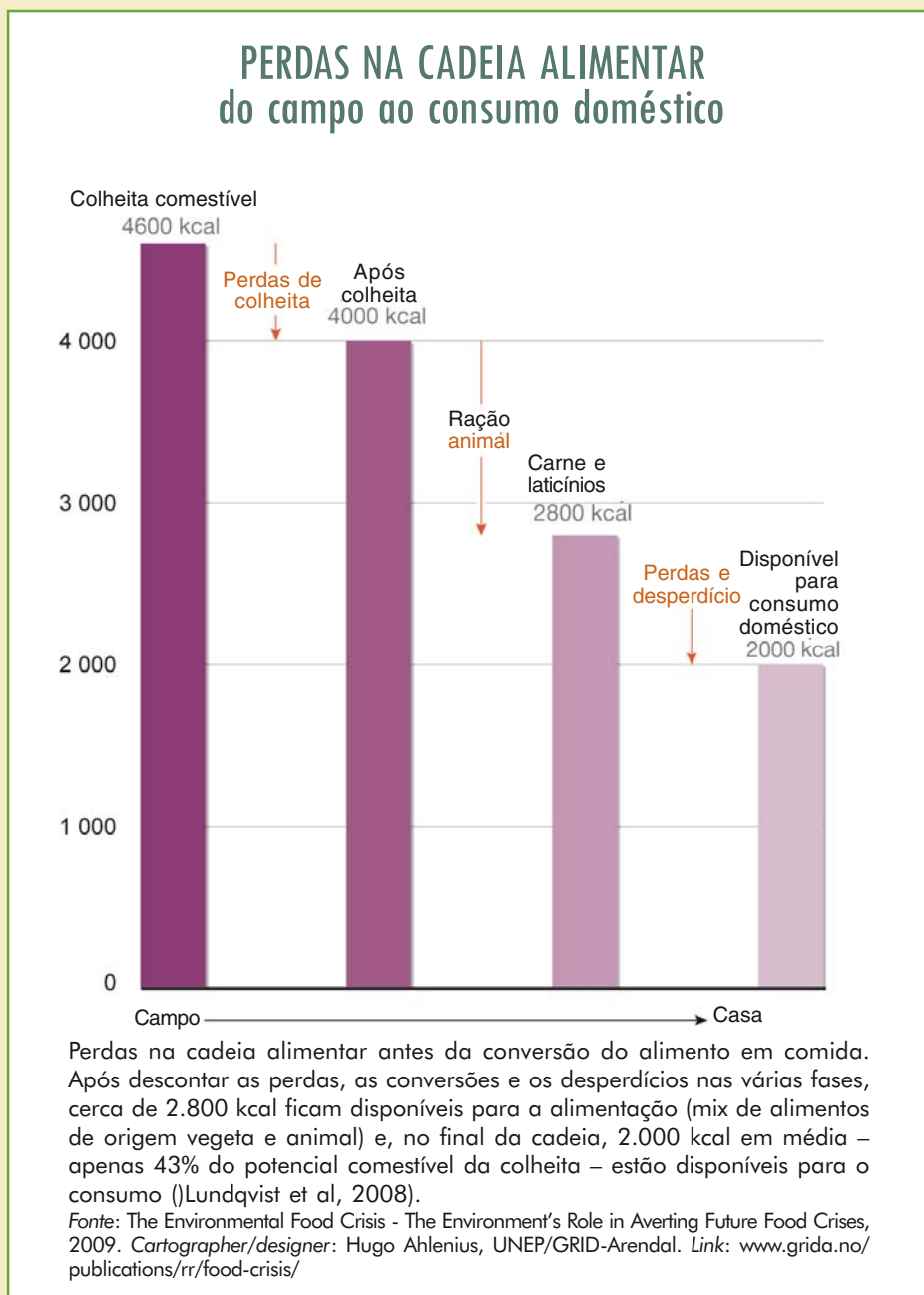
dutores agrícolas e compradores podem ser de grande valia para aumentar o nível de coordenação. Além disso, sensibilizar as indústrias, os varejistas e os consumidores, bem como encontrar usos corretos para salvar o alimento atualmente jogado fora são medidas úteis para diminuir a quantidade de perdas e desperdícios.

- Nos Estados Unidos, 30% de todos os alimentos (US\$48.3 bilhão) é jogado fora a cada ano. Estima-se que cerca de metade da água usada para produzir este alimento também vai para o lixo, uma vez que a agricultura é o maior uso humano de água. (Jones, 2004 citado em Lundqvist et al., 2008).

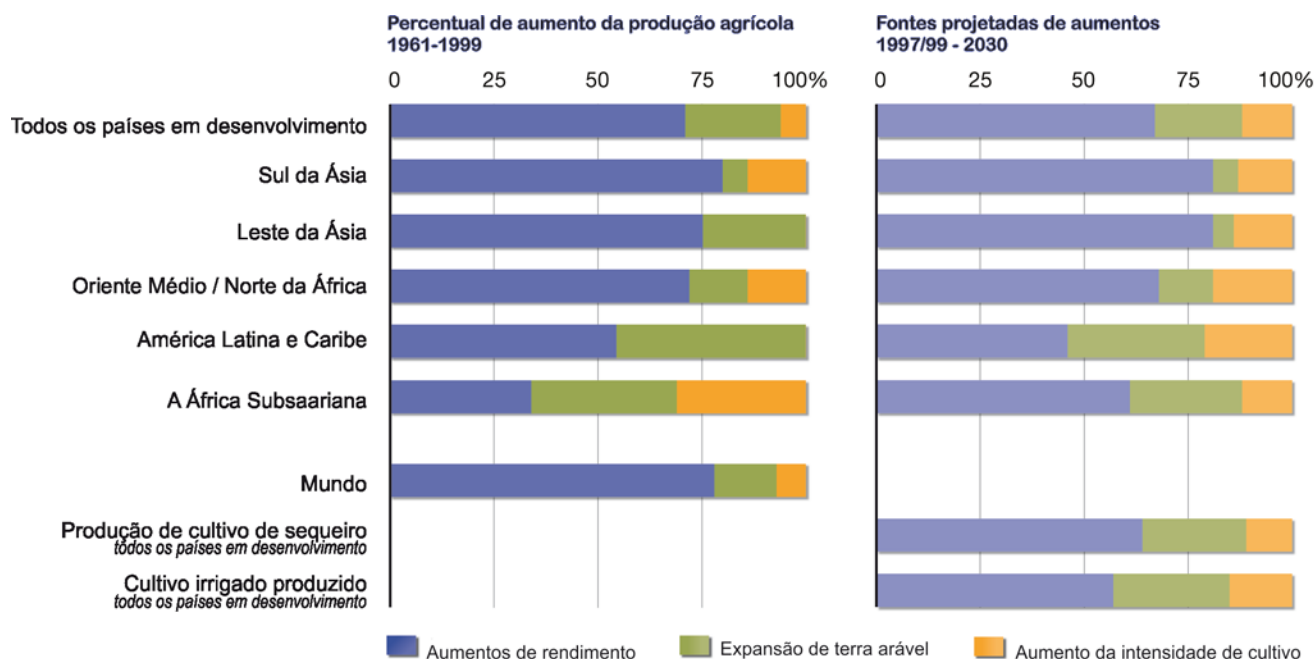
- No Reino Unido, as famílias perdem

cerca de 6,7 milhões de toneladas de alimentos a cada ano, cerca de um terço dos 21,7 milhões de toneladas compradas. Isso significa que aproximadamente 32% de todos os alimentos comprados por ano não chega à mesa. A maior parte (5,9 milhões de toneladas, ou 88%) é atualmente recolhida como lixo pelas autoridades locais. A maioria dos resíduos alimentares (4,1 milhões de toneladas, ou 61%) é evitável e poderia ser aproveitado em caso de gestão adequada (WRAP, 2008; Knight e Davis, 2007).

- Nos EUA, o lixo orgânico é o segundo maior componente dos aterros sanitários, que constituem a maior fonte de emissões de metano.



CONSUMO DE ALIMENTO: TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES



O aumento da produção agrícola tem ocorrido principalmente em função do aumento de produção devido ao aumento da irrigação e do uso de fertilizantes. No entanto, no futuro, essa realidade pode mudar com a expansão de terras agrícolas à custa da biodiversidade. (Fonte: FAO, 2006).

Fonte: The Environmental Food Crisis - The Environment's Role in Averting Future Food Crises, 2009. Cartographer/designer: Hugo Ahlenius, UNEP/GRID-Arendal. Link: www.grida.no/publications/rr/food-crisis/

CONSUMO SUSTENTÁVEL

A capacidade de regeneração de nosso planeta está sendo em muito ultrapassada à medida que a população mundial produz e consome mais recursos do que nunca. De fato, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, as pessoas estão adquirindo muito mais do que realmente precisam e, portanto, produzindo uma enorme quantidade de resíduos.

Nossa população crescente exerce forte pressão sobre o meio ambiente cujos recursos naturais já não são tão abundantes como costumavam ser. O modo como usamos e disponibilizamos os recursos não-renováveis está alterando radicalmente nossos ecossistemas. E mesmo os recursos renováveis do planeta (água, madeira ou pescado) estão sendo rapidamente esgotados. Chegamos agora a um ponto de inflexão, onde a qualidade do ar e da água precisa ser melhorada, o nível de produção precisa ser balanceado e a quantidade de resíduos gerada deve ser reduzida.

O consumo sustentável se resume a “fazer mais e melhor com menos”, através da re-

dução do uso de recursos, da degradação e da poluição e do aumento da qualidade de vida para todos.

O consumo maciço de recursos renováveis e não-renováveis contribui para uma perda maciça de biodiversidade – estima-se que o atual índice de extinção de aves, mamíferos e anfíbios é pelo menos 100 vezes – talvez até mesmo 1.000 vezes – maior do que os índices pré-industriais. A população mais pobre é a mais afetada por essas mudanças, já que elas dependem diretamente dos recursos naturais – tais como pesca, agricultura de pequena escala ou aproveitamento de recursos florestais- para sua subsistência.

A poluição e sobre-exploração dos recursos mundiais estão cada vez mais comprometendo nosso próprio bem-estar e qualidade de vida. O planeta não pode dar-se ao luxo de continuar nessa trilha. Torna-se fundamental a transição para um estilo de vida mais sustentável que permita às futuras gerações o acesso à seu justo quinhão de recursos.

Há inúmeras possibilidades de mudarmos nossos hábitos de consumo insustentáveis

e ao mesmo tempo otimizar nossa qualidade de vida. Para fazer mais com menos é essencial que passemos a viver em sintonia com os recursos que o planeta tem para oferecer. Mudar nossos atuais padrões de vida nos obriga a adotar soluções inovadoras e criativas sobre nossa forma de usar e dispor dos produtos e serviços que consumimos. Essa perspectiva pode garantir a transição para atividades e estilos de vida mais sustentáveis, e ao mesmo tempo proteger os recursos naturais do planeta.

Então, é vital que orientemos nossas ações, quer no Dia Mundial do Meio Ambiente como em todos os dias do ano, para atividades que promovam o consumo sustentável. Apenas nós, cidadãos do mundo, seremos capazes de remodelar nosso futuro! ■

FONTES: Perdas globais de alimentos e desperdício de alimentos – FAO, 2011. A crise ambiental: o papel do meio ambiente na prevenção da futura crise alimentar – UNEP, 2009. Veja mais em: www.unep.org/wed/quickfacts/#sthash.EYIsOhJQ.dpuf e www.unep.org/wed/sustainableconsumption/#sthash.Kz9qwQQd.dpuf



Entenda porque a alta dos preços dos alimentos em escala mundial também contribui para o aparentemente paradoxal aumento de indivíduos obesos ou com sobrepeso.

por José Cuesta

Alimentos caros e epidemia global de obesidade

Hoje sabemos que o excesso de peso e a obesidade são os principais fatores de risco para diabetes, doenças cardiovasculares, hipertensão e morte prematura. Somos constantemente lembrados que os comportamentos pessoais influenciados pela cultura, pelo estilo de vida e por nosso desenvolvimento metabólico contribuem para o excesso de peso ou a obesidade. Em março de 2013, no boletim Food Price Watch, perguntamos se o alto preço dos alimentos também não seria outro fator a influenciar a epidemia de obesidade mundial.

Mas, antes de passarmos à resposta, façamos um rápido teste. Muitos conferem o peso rotineiramente para determinar, através do Índice de Massa Corporal (a razão entre o peso corporal em quilogramas pelo quadrado da estatura em metros) se estão ou não acima do peso. No entanto, existem alguns fatos impressionantes sobre o excesso ponderal que você pode não saber. Responda, por exemplo, as perguntas abaixo:

PERGUNTA 1: QUANTOS OBESOS EXISTEM NO MUNDO: (DADOS DE 2008)

- (A) 126 milhões
- (B) 259 milhões
- (C) 508 milhões

PERGUNTA 2: METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL COM SOBREPESO VIVE EM NOVE PAÍSES. QUAL DOS PAÍSES ABAIXO NÃO FIGURA NESTA LISTA (DADOS DE 2008)?

- (A) China
- (B) Reino Unido
- (C) Turquia

PERGUNTA 3: QUE PAÍS APRESENTA PERFIL SOCIOECONÔMICO DE OBESIDADE?

- (A) EUA
- (B) CHINA
- (C) HAITI

RESPOSTAS: 1(C) – 2 (B) – 3 (B)

Se você foi surpreendido por uma ou todas as respostas, temos um fato ainda mais surpreendente: as projeções conservadoras prevêem que por volta de 2030 ⁽¹⁾, 2,16 bilhões de adultos terão excesso de peso e 1,12 bilhão de adultos serão obesos!

Agora, a pergunta que não quer calar: como os elevados e voláteis preços dos alimentos são capazes de gerar o excesso de peso ponderal? O número de indivíduos com sobrepeso e de obesos dobrou desde 1980 e acelerou a partir de 2000, o que significa que a epidemia se espalhou tanto nos períodos de baixa como de alta de preço dos alimentos. Mas, à medida que o preço dos alimentos permanece elevado e, sem dúvida, cada vez mais volátil, as *calorias não-saudáveis* tendem a ser mais baratas do que as saudáveis. Exatamente o que ocorre com a *junk food* no mundo desenvolvido, mas também com os substitutos alimentares menos nutritivos nas famílias pobres dos países em desenvolvimento ², que têm de enfrentar a crise alimentar recorrente, entre outras. Desta forma, o aumento dos preços dos alimentos comercializados no mercado doméstico e internacional e/ou o aumento da volatilidade auguram a continuidade da epidemia de excesso de peso no futuro.

As políticas internas têm apenas abordado parcialmente o problema. Tais políticas vão do nada fazer à penalização dos indivíduos com excesso de peso, à promoção de comportamento saudável via impostos, proibições, legislação restritiva para determinados alimentos e ingredientes, normas mais claras na rotulagem dos alimentos e campanhas de conscientização.

Mas impedir a expansão global da epidemia de sobrepeso num mundo mais próspero e com altos preços de alimentos requer ação doméstica e global integrada. As atuais discussões multilaterais sobre os Objetivos do Milênio pós-2015 oferecem uma oportunidade sem precedentes para combinar essa ação coletiva global e doméstica no enfrentamento de todas as formas de desnutrição, de crescimento deficiente e de obesidade. Não será esta mais uma prioridade global a ser adicionada à lista dos Objetivos do Milênio? ■

NOTAS

(1) T. Kelly, W. Yang, C-S. Chen, K. Reynolds, and J. He, "Global Burden of Obesity in 2005 and Projections for 2030," *International Journal of Obesity* 32: 1431–37.

(2) Para saber mais sobre as estratégias das famílias em tempo de crises, visitar o sítio Food Price Watch em www.worldbank.org

José Cuesta – Economista desenvolvimentista com Ph.D. em Economia pela Universidade de Oxford, professor afiliado do Instituto de Políticas Públicas da Universidade de Georgetown e pesquisador da interação entre pobreza, conflito e cultura. Artigo publicado em Food Price Watch – Voices – <http://blogs.worldbank.org> (28/03/2013).

ENERGIA, ENTROPIA, ECOLOGIA, ECONOMIA



NESTE MOMENTO EM QUE A SUSTENTABILIDADE SE TORNA INCONTORNÁVEL NAS DISCUSSÕES SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL, O LANÇAMENTO DA OBRA *DECRESCIMENTO - ENTROPIA, ECOLOGIA, ECONOMIA RECOLOCA EM PAUTA AS PRECURSORAS PROPOSIÇÕES DO MATEMÁTICO E ECONOMISTA GEORGESCU-ROEGEN SOBRE A NATUREZA COMO LIMITE DA ECONOMIA. CONFIRA.*

por *Diego Viana*

Não foi o alarme da mudança climática, nem o encontro Eco-92, no Rio, que despertou nos economistas – alguns deles, pelo menos – a noção de que a economia humana se desenrola num planeta real, de recursos finitos. Já na década de 1960, o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) advertia para a urgência de enriquecer a economia com noções físicas como *energia e entropia*.

Economista com formação de matemático e estatístico, admirado por Joseph Schumpeter e Paul Samuelson e cotado para o Prêmio Nobel por seus trabalhos sobre a *teoria do consumidor e a economia agrá-*

ria, Georgescu-Roegen se dedicou a repensar o modo como a economia pensa a produção. Mas a virada intelectual selou o destino do romeno entre seus pares: até então admirado, ele teve de enfrentar o ostracismo.

Formado em matemática na Universidade de Bucareste e especializado em estatística na França, Georgescu-Roegen se interessou por economia quando foi professor em Harvard, entre 1934 e 1936. Sua convivência com Schumpeter, um dos maiores economistas do século XX, teria resultado em um livro a quatro mãos, se não tivesse decidido retornar à Romênia com a justifi-

cativa de que devia algo a seu país. Mais tarde, ao fim da Segunda Guerra, tornou-se professor na Universidade Vanderbilt. Em 1966, publicou o livro *Analytical Economics: Issues and Problems*, centrado na teoria do consumidor e elogiado em profusão por Samuelson, outro dos maiores economistas de seu tempo, com epítetos ineqüívocos como “*professor dos professores*” e “*economista dos economistas*”.

A causa do ostracismo de Georgescu-Roegen – encaminhado pelo próprio Samuelson, que fez desaparecer o nome do romeno de seu ubíquo manual, “*Economics*”, a partir da décima edição – foi seu

interesse intelectual por uma área de estudos até então considerada esotérica, para não dizer absurda: a *ecologia*. Ao se dar conta de que o processo produtivo e o consumo não são mera função do trabalho, do capital e de insumos, mas uma realidade física, química e social, o até então admirado romeno selou sua sorte no clã dos economistas. “*Ele não foi só esquecido. Foi banido. Ele sofreu uma espécie de censura*”, diz Veiga.

Segundo o economista da USP, a gota d’água foi a reunião da associação dos economistas americanos (American Economic Association) de 1973. “*É como o conclave do Vaticano*”, diz Veiga. Nos meses anteriores, fora publicado o manifesto “*Rumo a uma Economia Humana*”, escrito por membros da organização Fellowship of Reconciliation reunidos em um grupo de trabalho intitulado “*Dai Dong*”, sob orientação do pacifista americano Alfred Hassler. “*Hoje, esse manifesto me parece até ingênuo, mas na época foi considerado radicalmente ecologista ao mencionar ameaças aos ecossistemas*”, diz Veiga.

Na reunião dos economistas americanos, de que Georgescu-Roegen participava todos os anos, o matemático romeno propôs que a associação assinasse e apoiasse o manifesto. “*Criou-se uma confusão, porque os economistas eram contra e acabaram encontrando uma solução de compromisso: em vez de assinar e apoiar, a associação publicou o texto, mas como anexo e com um tamanho de letra praticamente ilegível.*”

Até então respeitado por seus colegas por sua capacidade superior de aplicar a matemática às funções de consumo e produção, Georgescu-Roegen percebeu que sua linha de pensamento era heterodoxa demais para aquele ambiente intelectual. “*Georgescu foi bloqueado como são bloqueados todos aqueles que não se integram no mainstream*”, afirma Delfim Netto. “*Marx é bloqueado, por exemplo. Diz-se que Georgescu não ganhou um Prêmio Nobel porque não criou uma ‘georgescologia’, não fez escola. Mas ele tinha nível para ganhar o Nobel, sobretudo em comparação com as bobagens que ganham hoje.*”

Com o avanço progressivo da matematização na teoria econômica, os economistas se puseram a perseguir a ambição de produzir teses tão exatas e claras quanto as da física.

“O processo produtivo e o consumo não são mera função do trabalho, do capital e de insumos, mas uma realidade física, química e social”

Mas os economistas têm de enfrentar uma dificuldade que não atinge os físicos. “*Acontece que nossos ‘átomos’ pensam. Por isso, em economia, o passado não contém o futuro e não é capaz de explicá-lo. Na física, o passado contém o futuro. É por isso que nenhum modelo econômico funciona de verdade*”, argumenta Delfim Netto.

Outro problema que afasta a economia de atingir seu objetivo de perfeição quantitativa, segundo Veiga, é a insistência numa concepção mecanicista e equilibrada do funcionamento do ciclo produtivo. “*Com toda sua formação científica, Georgescu-Roegen ficou muito espantado ao começar a estudar a teoria do produtor e descobrir que os conceitos que os economistas tomavam emprestados da física ainda eram todos newtonianos*”, diz Veiga. A essa altura, a física já tinha abandonado suas concepções de equilíbrio mecanicista, que ainda orientava as pesquisas econômicas. Já em seu livro de 1966, Georgescu-Roegen se mostra inconformado com aquilo que Veiga nomeia o “*progressivo distanciamento da teoria econômica dos fundamentos básicos das ciências naturais*”. Dentre os fundamentos em questão, Veiga cita o campo físico da termodinâmica e o evolucionismo.

Suas preocupações epistemológicas heterodoxas puseram Georgescu-Roegen entre os primeiros economistas a buscar um fundamento para a economia que levasse em conta o fato de que o próprio ato de produzir é transformador, tanto para a matéria-prima quanto para o maquinário e para as sociedades em que tem lugar. Com isso, seu pensamento econômico se tornou progressivamente evolucionário. Até hoje, análises evolucionárias da economia, como as

de Geoffrey Hodgson, encontram pouca ressonância na profissão, embora Veiga se refira às ideias do economista britânico, editor da revista *Journal of Institutional Economics*, como “*o futuro da economia*”.

Para Delfim, a redescoberta das teses de Georgescu-Roegen é um caminho imposto pelas circunstâncias de um mundo que começa a encontrar seus limites físicos. “*A concepção de Georgescu está se impondo naturalmente. Foi homem que antecipou em pelo menos 50, 60 anos essa visão de mundo*”, diz. “*Mas não foi só intuitivo. Construiu um dispositivo analítico que levava a reconhecer os fatos: o desenvolvimento não é um fenômeno econômico, mas termodinâmico. Portanto, obedece às leis da termodinâmica.*”

Ao lado das mudanças no processo produtivo, o economista romeno passou a argumentar que a produção não pode ser entendida como um sistema fechado, capaz de funcionar indefinidamente a partir de seus princípios, sem levar em consideração o canal de entrada de recursos. Se fosse assim, a economia funcionaria como um “*moto-perpétuo*”, a máquina capaz de trabalhar eternamente, sem o acréscimo de energia exterior. Mas isso seria absurdo, porque exigiria o esquecimento da segunda lei da termodinâmica, segundo a qual todo sistema caminha na direção do equilíbrio, isto é, da máxima entropia, e deixa de produzir qualquer modificação.

Georgescu-Roegen se esforça por introduzir o *tempo* nas equações de produção, propõe a necessidade de entender diferenças qualitativas nas funções de capital e trabalho, em vez de ater-se às proporções quantitativas entre um e outro, e termina por afirmar que, em vez de falar em produção, a teoria econômica deveria referir-se a uma transformação. Afinal, o processo de produção econômica consiste em tomar elementos da natureza e transformá-los em mercadorias para o consumo humano, com um gasto concomitante de energia que se degrada necessariamente e é irreversível.

Segundo Veiga, o título escolhido pelos organizadores franceses Jacques Grinevald e Ivo Rens para a coletânea de artigos de Georgescu-Roegen não é o ideal. O termo “*de-crescimento*” é infiel às ideias do economista romeno. O termo assumiu um sentido mais político do que propriamente “*bioeco-*

nômico”, para usar as palavras do romeno. No texto “A Energia e os Mitos Econômicos”, Georgescu-Roegen escreve – com bastante sarcasmo, na avaliação de Veiga – um programa de nove pontos para chegar a um equilíbrio ambiental e econômico, conforme proposto por economistas ecológicos com quem ele não concordava inteiramente. Esses pontos incluíam generalidades como o fim da guerra e a redução da população, além de propostas como o fim da moeda e a cura da “sede mórbida por engenhocas extravagantes”.

Veiga aponta os limites do pensamento de Georgescu-Roegen, a começar pela ideia de decrescimento, radicalizada por rivais e alunos seus como, respectivamente, Kenneth Boulding e Herman Daly. “Falar em abrir mão do crescimento pode fazer muito sentido na Escandinávia, na Áustria e na Suíça, mas a maior parte do mundo precisa do crescimento econômico, e muito”, afirma.

Paralelamente, o economista romeno cai em armadilha parecida com a de Thomas Malthus, que previu, no século XIX, uma crise alimentar como resultado do crescimento populacional explosivo. “Quando penso no tempo que levaria para que a entropia nos obrigasse a abdicar do crescimento, concluo que seriam séculos”, diz Veiga. “Afinal, a eficiência energética da produção está aumentando muito



rapidamente. A intensidade carbona da economia mundial, por exemplo, é muito inferior ao que era há poucas décadas.”

Veiga evoca os conceitos de “descolamento relativo” e “descolamento absoluto” para explicar seu ceticismo com os alarmes de Georgescu-Roegen. Na maior parte do mundo, incluindo a até recentemente “muito suja” China, a produção dos bens exige cada vez menos custo energético, mas o consumo do insumo continua a crescer em termos absolutos porque a economia cresce. No Reino Unido, porém, há indícios de que o consumo energético esteja caindo absolutamente. “É um indício de que a economia está se tornando imaterial, e essa tendência tende a se generalizar”, salienta Veiga.

“O próprio ato de produzir é transformador, tanto para a matéria-prima quanto para o maquinário e para as sociedades em que tem lugar”

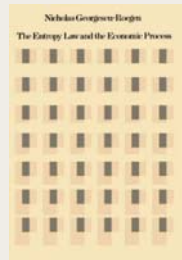
N.E.: Organizado pelo economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) José Eli da Veiga, *O Decrescimento: Entropia, Ecologia, Economia* (Editora Senac São Paulo), com artigos que expõem as ideias pioneiras do matemático romeno, contou em seu lançamento com a presença de dois economistas que conviveram com Georgescu-Roegen: o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Delfim Netto e o ex-presidente do Banco Central Ibrahim Eris. ■

Diego Viana – Reportagem publicada no jornal Valor (15/03/2013), em IHU On-line e no portal EcoDebate (20/03/2013).

O QUE É DECRESCIMENTO



Nicholas Georgescu-Roegen



■ Decrescimento é um conceito econômico, mas também político, cunhado na década de 1970, parcialmente baseado nas teses do economista romeno e criador da bioeconomia, Nicholas Georgescu-Roegen (Constança, 1906 – Nashville, 1994) as quais foram publicadas em seu livro *The Entropy Law and the Economic Process* (1971).

■ A tese do decrescimento baseia-se na hipótese de que o crescimento econômico – entendido como aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB) – não é sustentável pelo ecossistema global. Esta ideia é oposta ao pensamento econômico

dominante, segundo o qual a melhoria do nível de vida seria decorrência do crescimento do PIB e, portanto, o aumento do valor da produção deveria ser um objetivo permanente da sociedade.

■ A questão principal, segundo os defensores do decrescimento – entre os quais Serge Latouche é o mais notório – é que os recursos naturais são limitados, não existindo assim crescimento infinito. A melhoria das condições de vida deve, portanto, ser obtida sem aumento do consumo, mudando-se o paradigma dominante

Fonte: www.wikipedia.org

Economia e Ecologia não devem conflitar

por Marcus Eduardo de Oliveira

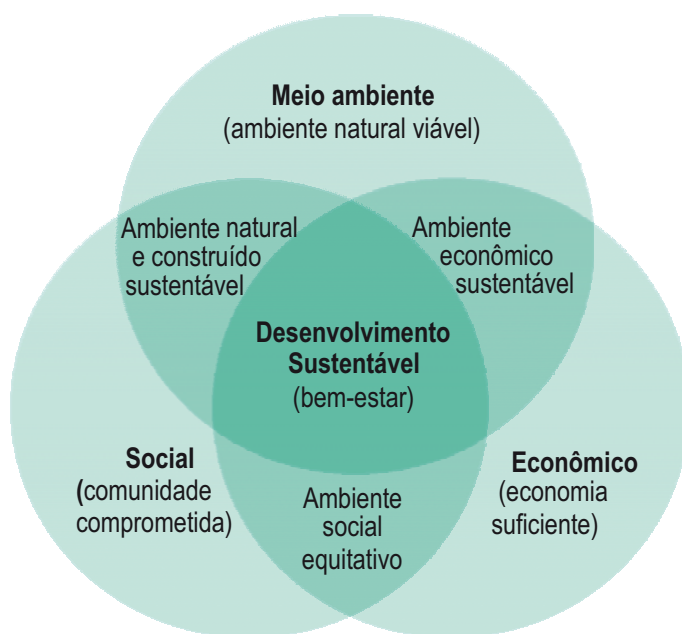
Em nome do que se convencionou chamar de “progresso econômico”, a agressão ambiental em escala mundial não deixa espaço para dúvidas: o forte desequilíbrio no sistema natural é decorrente das mãos humanas, que procura responder às ordens do mercado de consumo. Mais produtos, menos ambiente. Mais economia, menos ecossistema. À medida que o consumo ganha – pela ordem da imposição macroeconômica tradicional – maior proporção e torna-se sinônimo de prosperidade material, os recursos naturais são dilapidados de forma assustadora e o meio ambiente, eixo do sistema de chuvas, altera-se radicalmente o clima, desmata-se, polui-se, agriem-se os lençóis freáticos, chove onde deveria fazer sol, há seca onde deveria ter água. Essa “salada química” é intensa: monóxido de carbono, dióxido de enxofre, eutrofização (degradação do ambiente aquático), pesticidas.

Na busca desenfreada pelo bem-estar o homem moderno se fecha dentro de uma visão míope e rompe seus laços cordiais para com a Mãe Natureza. Que espécie de bem-estar é esse que degrada o ambiente? Que tipo de melhoria de vida é possível num ambiente natural caótico, desequilibrado e dilapidado?

Ainda em nome da expansão industrial, o ritmo alucinado do crescimento de algumas economias – modernas no nome; porém, arcaicas no conceito – somente tem violentado sobremaneira a natureza. Dentro desse modelo, valoriza-se mais o som da buzina dos automóveis ao som do canto dos pássaros. A fumaça das fábricas passa a ter mais valor que o cheiro do mato. Da macroeconomia convencional vem à palavra de ordem: *crescer*. Pouco importa se a consequência seja *destruir*. Inverter esse procedimento é a necessidade mais premente dos dias atuais.

O relacionamento entre o Meio Ambiente e a Economia precisa ser

Mais produtos, menos ambiente. Mais economia, menos ecossistema. À medida que o consumo torna-se sinônimo de prosperidade material, os recursos naturais são dilapidados.



harmonioso, visto que a segunda condição (a atividade econômica) depende da primeira (os recursos da natureza). Nesse pormenor, sempre é oportuno reiterar que o crescimento econômico não pode acontecer sobre as ruínas do capital natural. Contudo, infelizmente, é exatamente isso o que tem acontecido. Atentemos ao seguinte fato: de 1950 a 2000 a economia global foi multiplicada por sete. Nesse mesmo período, a produção de bens e serviços saltou de US\$ 6 trilhões para US\$ 43 trilhões, e hoje (2012), o PIB global atinge quase 80 trilhões de dólares. Entretanto, ainda não foi devidamente respondido a que “preço” esse elevado crescimento foi alcançado.

Enquanto a economia for responsável por sustentar essa produção/consumo exagerada que ocorre em benefício de poucos, haverá, por brevíssimo período, na outra ponta, uma mesma economia que “sustentará” a mais brutal agressão ambiental já vista. Que tenhamos então condições intelectuais suficientes para entender que a economia e a natureza não nasceram para condenar as pessoas à humilhação, à exploração, à pobreza material ou a dilapidação dos recursos naturais. Antes, Economia e Natureza, juntas, podem representar uma via de acesso às melhorias que levam ao almejado padrão de bem-estar social, desde que caminhando conjuntamente formem uma “parceria”

capaz de crescer sem explorar, de progredir sem destruir, pois é perfeitamente possível parar de crescer e continuar a se desenvolver.

Talvez seja por isso que Jean-Michel Cousteau ponderou que “a economia e a ecologia não devem ter conflitos porque hoje são exatamente a mesma coisa”. O curioso é que num passado não muito distante, a ecologia chegou a ser chamada de “a economia da natureza”, dada a íntima relação entre o ato de “produzir” e o de “retirar” recursos da natureza.

Desse argumento de Cousteau resulta reiterar que a economia e o meio ambiente devem sim caminhar em conjunto, pois um é o complemento do outro, apesar de ser a economia um subconjunto do meio ambiente. Para tanto, a ideia central em torno da busca pelo crescimento econômico deve ser revista, pois esse não pode ser patrocinado pela dilapidação/exaustão dos recursos naturais. A própria palavra exaustão (na origem: extremo cansaço) já determina como será no futuro: é algo que vai acabar. Portanto, é necessário moderação na busca pela expansão econômica, uma vez que é impossível crescer além dos limites.

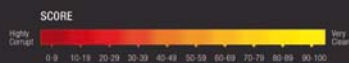
Se há limites, eles devem ser respeitados uma vez que a Terra não aumentará de tamanho. A esse respeito à mensagem é única: usou, esgotou, não teremos mais.

Dessa forma, a história entre economia e natureza em conflito pode ser assim resumida: mais economia (crescimento) é sinônimo de menos ambiente. Logo, crescimento sem regras e sem ponderações aponta para profundos impactos ambientais, afinal, ambiente (ecossistema) degradado, é vida mal vivida. ■

Marcus Eduardo de Oliveira - Professor de economia e especialista em Política Internacional com mestrado pela (USP). E-mail: prof.marcuseduardo@bol.com.br. Publicado no portal EcoDebate (07/12/2012).

CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2012: G20

The perceived levels of public sector corruption in the Group of Twenty countries.



The 2012 Corruption Perceptions Index measures the perceived levels of public sector corruption in 176 countries/territories around the world. To see the full results go to www.transparency.org/cpi

© 2012 Transparency International. All rights reserved.



O Brasil no “Índice de Percepção da Corrupção 2012”

De acordo com o índice, o Brasil tem pequena melhoria de 2010 para 2011, a qual não reflete os avanços observados em nossa sociedade.

por Jorge Abrahão

A Transparência Internacional (TI) divulgou o *Índice de Percepções da Corrupção 2011*, que ordena os países de acordo com o grau de corrupção que a sociedade percebe existir entre funcionários e órgãos públicos. A organização dá notas de 0 a 10 aos países e, quanto mais perto da nota 10, menor a percepção de corrupção. Em 2011, o Brasil apresentou uma pequena melhora em relação ao ano anterior, evoluindo de 3,7 para 3,8.

COMBATE À CORRUPÇÃO: AVANÇOS NÃO PERCEBIDOS

É verdade que a corrupção ainda permeia a administração pública em todos os níveis. E que, infelizmente, ainda existe em nosso país um “modelo mental” que aceita determinados tipos de “jeitinho” lesivos à sociedade, como esta-

cionar em local proibido, comprar produtos piratas, dirigir alcoolizado e outras atitudes. Mesmo assim, é preciso reconhecer que, nos últimos anos, houve avanços significativos no combate à corrupção, em razão, principalmente, da mobilização da sociedade. Por que esses avanços brasileiros não foram “captados” pelo índice? Estamos mesmo em situação pior do que a da Argentina, a do Chile ou a da Suíça, para onde é encaminhado o dinheiro desviado pelos corruptos do mundo todo? Vamos refletir sobre isso rapidamente.

Desde 1995, a TI publica o relatório anual *Índice de Percepções de Corrupção (IPC)*, que ordena os países do mundo de acordo com “o grau em que a existência da corrupção entre os funcionários pú-

blicos e políticos é percebida pela sociedade”. A organização define a corrupção como “o abuso do poder confiado para fins privados”.

O IPC classifica países ou territórios com base em quão corrupto o seu setor público percebe-se ser. É um índice composto, uma combinação de quesitos retirada de dados coletados relacionados à corrupção por várias instituições respeitadas. O índice reflete os pontos de vista de observadores de todo o mundo, incluindo especialistas que vivem e trabalham nos países/territórios avaliados.

O QUE É CORRUPÇÃO E COMO O IPC A MEDE?

A corrupção é o abuso do poder confiado para ganhos privados. Esta é a definição de trabalho

usada pela TI, aplicada a ambos os setores, público e privado. O IPC focaliza na corrupção no setor público, a corrupção que envolve agentes públicos, servidores civis ou políticos. Os dados utilizados para compilar o índice incluem questões relacionadas ao abuso do poder público e tem o foco em suborno de agentes públicos, propinas em contratos públicos, fraude/desfalque de fundos públicos e nas questões que exploram a intensidade e a eficácia dos esforços anticorrupção no setor público. Como tal, cobre ambos os aspectos administrativos e políticos da corrupção. Ao produzir o índice, as notas dos países ou territórios para as questões específicas relacionadas à corrupção nas fontes de dados são combinadas para calcular uma única nota para cada país.

POR QUE O ÍNDICE É BASEADO APENAS EM PERCEPÇÕES?

A corrupção geralmente envolve atividades ilegais, as quais vêm à luz apenas por meio de escândalos, investigações ou processos. Assim, é difícil avaliar os níveis absolutos de corrupção em países ou territórios com base em dados empíricos. Possíveis tentativas de fazer isso, tais como pela comparação de subornos relatados, pelo número de processos apresentados ou pelos casos tratados pela Justiça diretamente ligados à corrupção não podem ser tomados como indicadores definitivos dos níveis de corrupção. Ao contrário, eles mostram quão eficazes são os ministérios públicos, os tribunais ou a mídia na investigação e exposição da corrupção. Um método confiável de compilar dados comparáveis do país é captar as percepções daqueles em posição de oferecer avaliações de corrupção do setor público daquele país.

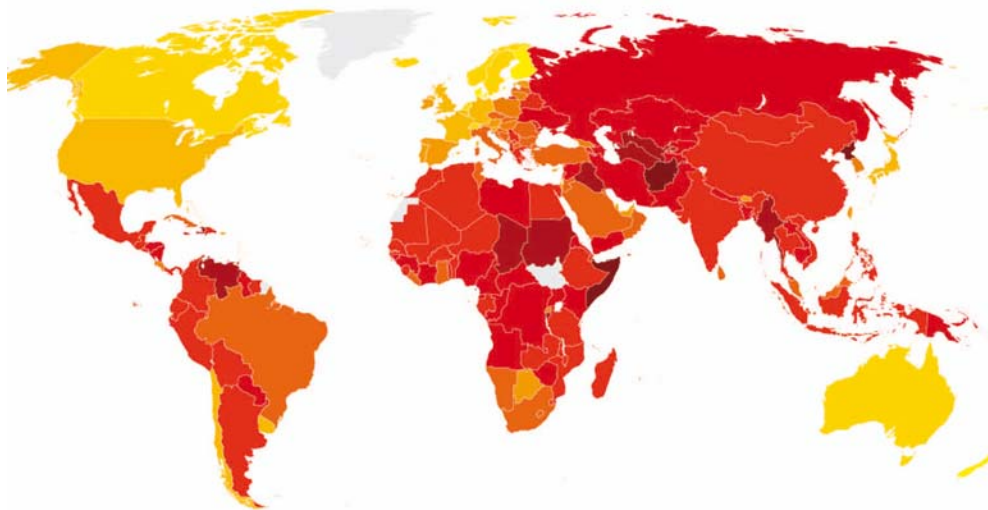
O IPC de 2011 recorre a 17 fontes de dados de 13 instituições recolhidas entre dezembro de 2009 e setembro de 2011.

O RANKING DE 2011

Neste ano, a Nova Zelândia é o país percebido como o menos corrupto entre os 182 avaliados, seguida pela Dinamarca. Na América Latina, os países mais bem classificados são o Chile, em 20º lugar, e a Argentina, em 22º. O Brasil ocupa o 73º lugar. Parece que os grupos chamados a analisar os respectivos países foram bastante condescendentes com os governos, exceto o brasileiro.

Há uma inegável crise de governança nos países centrais, parte dela devido a falhas das autoridades governamentais em combater o suborno e a evasão de divisas e impostos. Esses fatores, aliados aos enormes desembolsos de dinheiro

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO DO SETOR PÚBLICO EM 176 PAÍSES/TERRITÓRIOS NO MUNDO



SCORE



RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE
1	Denmark	90	22	Saint Lucia	71	46	Hungary	55	69	FYR Macedonia	43
1	Finland	90	25	Austria	69	48	Costa Rica	54	69	South Africa	43
1	New Zealand	90	25	Ireland	69	48	Lithuania	54	72	Bosnia and Herzegovina	42
4	Sweden	88	27	Qatar	68	48	Rwanda	53	72	Italy	42
5	Singapore	87	27	United Arab Emirates	68	50	Georgia	52	72	Sao Tome and Principe	42
6	Switzerland	86	29	Cyprus	66	51	Seychelles	52	75	Bulgaria	41
7	Australia	85	30	Botswana	65	53	Bahrain	51	75	Liberia	41
7	Norway	85	30	Spain	65	54	Czech Republic	49	75	Montenegro	41
9	Canada	84	32	Estonia	64	54	Latvia	49	75	Tunisia	41
9	Netherlands	84	33	Bhutan	63	54	Malaysia	49	79	Sri Lanka	40
11	Iceland	82	33	Portugal	63	54	Turkey	49	80	China	39
12	Luxembourg	80	33	Puerto Rico	63	58	Cuba	48	80	Serbia	39
13	Germany	79	36	Saint Vincent and the Grenadines	62	58	Jordan	48	80	Trinidad and Tobago	39
14	Hong Kong	77	37	Slovenia	61	58	Namibia	48	83	Burkina Faso	38
15	Barbados	76	37	Taiwan	61	61	Oman	47	83	El Salvador	38
16	Belgium	75	39	Cape Verde	60	62	Croatia	46	83	Jamaica	38
17	Japan	74	39	Israel	60	62	Slovakia	46	83	Panama	38
17	United Kingdom	74	41	Dominica	58	64	Ghana	45	83	Peru	38
19	United States	73	41	Poland	58	64	Lesotho	45	83	Malawi	37
20	Chile	72	43	Malta	57	66	Kuwait	44	88	Morocco	37
20	Uruguay	72	43	Mauritius	57	66	Romania	44	88	Suriname	37
22	Bahamas	71	45	Korea (South)	56	66	Saudi Arabia	44	88	Swaziland	37
22	France	71	46	Brunei	55	69	Brazil	43			
88	Thailand	37	113	Guatemala	33	133	Russia	28	157	Tajikistan	22
88	Zambia	37	113	Niger	33	139	Azerbaijan	27	160	Democratic Republic of the Congo	21
94	Benin	36	118	Dominican Republic	32	139	Kenya	27	160	Laos	21
94	Colombia	36	118	Ecuador	32	139	Nepal	27	160	Libya	21
94	Djibouti	36	118	Egypt	32	139	Nigeria	27	163	Equatorial Guinea	20
94	Greece	36	118	Indonesia	32	139	Pakistan	27	163	Zimbabwe	20
94	India	36	118	Madagascar	32	144	Bangladesh	26	165	Burundi	19
94	Moldova	36	123	Belarus	31	144	Cameroon	26	165	Chad	19
94	Mongolia	36	123	Mauritania	31	144	Central African Republic	26	165	Haiti	19
94	Senegal	36	123	Mozambique	31	144	Congo Republic	26	165	Venezuela	19
102	Argentina	35	123	Sierra Leone	31	144	Syria	26	169	Iraq	18
102	Gabon	35	123	Vietnam	31	144	Ukraine	26	170	Turkmenistan	17
102	Tanzania	35	128	Lebanon	30	150	Eritrea	25	170	Uzbekistan	17
105	Algeria	34	128	Togo	30	150	Guinea-Bissau	25	172	Myanmar	15
105	Armenia	34	130	Côte d'Ivoire	29	150	Papua New Guinea	25	173	Sudan	13
105	Bolivia	34	130	Nicaragua	29	150	Paraguay	25	174	Afghanistan	8
105	Gambia	34	130	Uganda	29	154	Guinea	24	174	Korea (North)	8
105	Kosovo	34	133	Comoros	28	154	Kyrgyzstan	24	174	Somalia	8
105	Mali	34	133	Guyana	28	156	Yemen	23			
105	Mexico	34	133	Honduras	28	157	Angola	22			
105	Philippines	34	133	Iran	28	157	Cambodi*	??			
113	Albania	33	133	Kazakhstan	28						
113	Ethiopia	33									

© 2012 Transparency International. All rights reserved.

público feitos em 2008 para salvar os bancos da falência, na chamada “crise dos derivativos”, acabaram por fazer estourar as crises de endividamento que vêm derrubando uma a uma as economias europeias. As crises de endividamento da Europa também ameaçam o resto do mundo. No entanto, os analistas não “percebem” elevação da corrupção nessas nações. Como isso é possível?

Parece que os analistas escolhidos pela Transparência Internacional não internalizaram as crises de 2008 e a atual na avaliação dos países. E, no caso brasileiro, passaram ao largo dos inegáveis avanços institucionais no que tange ao combate à corrupção. Senão, vejamos:

■ Desde o final dos anos 1990, há no Brasil um contínuo processo de fortalecimento dos órgãos de controle e investigação, tais como a Polícia Federal (PF), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);

■ No país, há liberdade de imprensa, que tem total acesso às informações sobre investigações e sobre a execução dos gastos públicos;

■ Os organismos de controle do Estado, como PF, CGU, Ministério Público (MP), Tribunal de Contas da União (TCU), Coaf e Receita Federal, passaram a atuar de forma integrada e articulada;

■ O Ministério Público tem total autonomia de ação.

Com isso, até novembro de 2011, 3.434 servidores federais foram expulsos do serviço público, a maioria dos quais por prática de corrupção. A CGU criou o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), uma lista de companhias punidas pelos Estados, pelo TCU ou por qualquer outro órgão pú-

Os 10 países mais corruptos

País	Posição	Escore
Venezuela	173º	1.9
Haiti	175º	1.8
Iraque	175º	1.8
Sudão	177º	1.6
Turcomenistão	177º	1.6
Uzbequistão	177º	1.6
Afeganistão	180º	1.5
Myanmar	180º	1.5
Coréia do Norte	182º	1
Somália	182º	1

Corrupção na América do Sul

País	Posição	Escore
Chile	22º	7.2
Uruguai	25º	7
Brasil	73º	3.8
Colômbia	80º	3.4
Peru	80º	3.4
Argentina	100º	3
Bolívia	118º	2.8
Equador	120º	2.7
Guiana	134º	2.5
Paraguai	154º	2.2
Venezuela	172º	1.9

Os menos corruptos

País	Posição	Escore
Dinamarca	1º	90
Finlândia	1º	90
Nova Zelândia	1º	90
Suécia	4º	88
Cingapura	5º	87
Suíça	6º	86
Austrália	7º	85
Noruega	7º	85
Canadá	9º	84
Holanda	9º	84
Islândia	11º	82

blico, em qualquer instância. O Portal da Transparência, lançado em 2004 pela CGU, tem hoje um arquivo com mais de 1 milhão de informações sobre aplicação de recursos orçamentários.

Além disso, o movimento da sociedade fez aprovar a Lei da Ficha Limpa. A pressão social também garantiu a aprovação da Lei de Acesso à Informação.

Enfim, se não está perfeito, o país decerto não é o reino da propina e da corrupção. No entanto, estamos em 73º. lugar na classificação geral, próximo de países com sistemas de governos não tão democráticos quanto o nosso e com conflitos étnicos e sociais violentos.

Diante disso, propomos que a Transparência Internacional modifique a metodologia e a análise baseada em percepção. Esse índice é muito importante. Seu resultado é levado em consideração por empresas, bancos e agências de *rating* na hora de decidir investimentos nos países. O índice também mexe com a auto-estima dos cidadãos dos países analisados.

Por que não promover uma consulta pública sobre a metodologia do índice, de modo a garantir a participação mais expressiva dos públicos de interesse desse índice? Essa prática é utilizada pelo Banco Mundial quando precisa, por exemplo, alterar a aplicação de algum de seus indicadores.

Outra sugestão é solicitar à sociedade civil dos países que indiquem membros para participar da análise dos dados e da consolidação da “percepção”. ■

Jorge Abrahão é presidente do Instituto Ethos, em cujo site www1.ethos.org.br este texto foi publicado.



Muita coisa melhorou, mas o modelo primário, exportador, concentrador e depredador que rege a sociedade brasileira pode, sim, acabar com as poucas conquistas que fizemos.

por Roberto Malvezzi (Gogó)

Apesar dos pesares...

Apesar dos pesares, o Brasil está melhor. Melhorou o índice da educação. Nossa mortalidade infantil caiu de 58 por mil em 1990 para 16 por mil em 2010. A seca do Nordeste continua como pede a natureza, mas já não temos saques, migrações intensas, nem mortalidade infantil ao nível de genocídio. Uma boa parte do povo saiu da miséria. Nosso déficit habitacional caiu de sete milhões de casas para cerca de 5,5 milhões. O saneamento vai a passos de tartaruga, mas o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) se propõe a praticamente zerar as demandas de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial até 2030 com um investimento de cerca de 420 bilhões de reais. Francamente, gostaria de ver esse dia, como gostaria de ver a chegada do primeiro ser humano a Marte, projetada para a mesma data.

Sim, até o SUS nos dá SUStos bons. Esses dias uma aluna da APAE aqui de Juazeiro precisou cuidados emergentes num braço e foi atendida em 15 minutos, com consulta, radiografia e enfaixamento. O fato é que 150 milhões de brasileiros ainda dependem do SUS, quem sabe um dia funcionando bem como esse atendimento de um caso específico.

Aqui em Juazeiro, alguns empresários e um ex-prefeito viraram caso de polícia federal por desviarem 80 milhões de reais

do saneamento. A operação se chama “Boca de Lobo”, ou “Tampa de Esgoto”, o que dá na mesma. O bairro periférico de 30 mil trabalhadores da irrigação continua na lama, na miséria, mas os caras embolsaram até a última nica. Reparem, 80 milhões de um município pobre, dinheiro do saneamento, quase o dobro do montante da fraude em nível nacional do pessoal julgado no Supremo. Portanto, há sinais de que a corrupção seja mesmo combatida, desde que não seja pretexto para golpe de estado, como parece tantas vezes ser o julgamento do mensalão.

O Supremo não tem a dignidade de julgar o mérito da Transposição, de Belo Monte, etc., embora se empenhe no tal mensalão, e posando de suprema instância da ética brasileira.

“Não somos mais os mesmos. Há esperança enviada por sinais contraditórios. Vai depender da sociedade organizada nas urnas municipais”

Sim, a reforma agrária não anda, a reforma educacional não se qualifica, nossos índios, negros e comunidades tradicionais têm que levar nas costas o ônus do avanço do capital sobre seus territórios e bens naturais. O pior é o modelo primário, exportador, concentrador, depredador que rege a sociedade brasileira. O Código Florestal é o ícone dessa geração predadora. Esse modelo pode, sim, acabar com as poucas conquistas que fizemos.

Sei que não se faz análise das perspectivas de um país apenas listando questões em duas colunas separadas, mas estabelecendo o vínculo, possíveis confluências, sobretudo, as contradições existentes entre elas.

Mesmo assim, não somos mais os mesmos. Há esperança, enviada por esses sinais contraditórios. Vai depender da sociedade organizada. Vamos às urnas municipais, por onde passará grande parte desses recursos essenciais para o bem do povo. Não temos muitas escolhas por aqui, mas há sempre aquele “mal menor”. Não é a revolução, mas poderemos ter cidades melhores. ■

Roberto Malvezzi (Gogó) – Articulista do Portal EcoDebate, possui formação em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Atua na Equipe CPP/CPT do São Francisco. Artigo publicado no portal EcoDebate (27/09/2012).

Hoje é dia de quem nos inspira a buscar energia na natureza.
E, mais do que isso, a conviver com ela em harmonia.

19 de abril, Dia do Índio.



40 anos

www.eletronorte.gov.br

artb

Há 25 anos, a Eletrobras Eletronorte desenvolve os programas Waimiri Atroari e Parakanã, referências mundiais na promoção da autonomia indígena. É assim que, todos os dias, transformamos desenvolvimento sustentável em energia para o Brasil. **19 de abril, Dia do Índio.**



Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Semente transgênica e a perda da diversidade genética

A reintrodução das sementes transgênicas no Programa Troca-Troca de Sementes de Milho para a safra 2013-2014 impede a autonomia dos agricultores e desconsidera os evidentes problemas ambientais, sociais e agrônômicos associados às variedades transgênicas de milho.

Entrevista com Fábio Dal Soglio

IHU ON-LINE – EM QUE CONTEXTO E POR QUAIS RAZÕES O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL LIBEROU O TROCA-TROCA DE SEMENTES TRANSGÊNICAS DE MILHO PARA A SAFRA 2013-2014?

Fábio Dal Soglio – Essa foi uma decisão tirada pelo Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais – Feaper por pressão especialmente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul, que apresentam a adoção de sementes transgênicas como demanda contida no Grito da Terra Brasil, 2013. Ocorre que esse documento é feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, o que não necessariamente é uma representação de todo o conjunto de pequenos agricultores, que são o alvo prioritário do Programa Troca-Troca de sementes do governo do Estado. Entretanto, pela votação dos representantes das agências estaduais que estão no conselho do Feaper, fica visível que foi uma determinação política, o que nos deixou bastante preocupados. De um discurso pelo desenvolvimento sustentável, vemos agora uma posição bastante conservadora, buscando agradar multinacionais de sementes e interesses comerciais, quando poderiam demonstrar não apenas a busca de autonomia para os agricultores, mas especialmente também estarem considerando os argumentos apresentados ao governo do Rio Grande do Sul, que apontam evidentes problemas ambientais e sociais assim como problemas agrônômicos, associados ao uso de variedades transgênicas de milho.

IHU – UM DOS ARGUMENTOS DA FETAG AO APOIAR O TROCA-TROCA DE SEMENTES TRANSGÊNICAS É DE QUE O ESTADO PODERÁ SER AUTO-SUFICIENTE EM PRODUÇÃO DE GRÃOS. QUAL É A PARTICIPAÇÃO GAÚCHA NA PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS E COMO O SENHOR VÊ ESSE ARGUMENTO?

Dal Soglio – A produção de milho no Rio Grande do Sul é variável, dependendo do clima e dos preços de mercado, mas em média se situa na faixa entre 5 e 5,5 milhões de toneladas. O consumo do estado também varia, mas está em torno desse valor, podendo chegar a um pouco mais de 6 milhões de toneladas nos anos em que a demanda para alimentação animal, em especial suínos e aves, se encontra em alta. Entretanto, não existe uma ligação direta do uso de variedades transgênicas no troca-troca no sentido de aumento da produtividade de milho por pequenos agricultores. Isso porque muitos desses agricultores não possuem as condições necessárias, nem sempre boas para o ambiente e economicamente viáveis para eles, a fim de alcançar as máximas produtividades que alguns híbridos prometem.

O fato de que muitas variedades de polinização aberta possuem bons potenciais de produtividade, e que são muitas vezes mais adaptadas para áreas menos produtivas e sistemas de produção de baixo uso de insumos, não foi considerado pelo estado e nem pela Fetag ou Farsul. Os agricultores pequenos deveriam ser alvos de uma política que buscase reduzir a dependência de insumos e ampliar as perspectivas de melhor gerenciamento dos seus sistemas de produção, procurando maior autonomia e menores custos. Mas a decisão vai exatamente na contramão, incentivando uma maior dependência e incapacidade, não fazendo com que as comunidades de agricultores possam ser donas de suas sementes e gerenciar o ambiente de forma sustentável.



Se o estado de fato pretende ser autossuficiente na produção de milho, a estratégia deveria ampliar a autonomia dos pequenos agricultores e investir em tecnologias produtivas e sustentáveis, que são o foco da agroecologia. Se todos os agricultores conseguissem variedades adaptadas aos diferentes meios e condições de clima, se apresentassem boa resistência aos problemas da lavoura e, além disso, se tivessem bons rendimentos, teríamos muito mais milho do que precisamos, e poderíamos até passar a exportar. Mas não passa pela cabeça de algumas lideranças essa possibilidade, pois não conseguem ver além dos argumentos das multinacionais do milho transgênicos, que já foram em boa medida derrubados pelas evidências que encontramos no campo.

IHU – QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS E OS IMPACTOS IMEDIATOS DESSE PROCESSO?

Dal Soglio – Afora ampliarmos a erosão genética no milho, ou seja, a perda de diversidade genética nas populações de milho, o que implica em maior dependência e risco, aumenta a possibilidade de seleção de pragas resistentes ao *Bacillus thuringiensis*, que é de onde foi retirado o gene que promoveria resistência das plantas de milho ao ataque de lagartas, assim como a seleção de plantas espontâneas pelo uso de determinados herbicidas. Os agricultores devem aumentar ainda mais o uso de agrotóxicos, e muitos terão custos ainda maiores, e que não podem cobrir com as baixas receitas que, muitas vezes, tiram da agricultura. Além disso, os agricultores que estavam se empenhando em produzir sementes de variedades não transgênicas serão novamente prejudicados em benefício das empresas multinacionais de sementes, e vão procurar outras atividades, reduzindo ainda mais a disponibilidade de sementes tradicionais, locais e crioulas, assim como reduzindo a oportunidade de seleção de variedades adaptadas aos nossos diferentes ambientes, pois não há apoio do governo.

Também temos que considerar os problemas de saúde pública e os problemas ambientais associados à produção e consumo de milho transgênico, assim como a certeza de contaminação das variedades tradicionais, pois os agricultores não tomarão de fato os cuidados necessários para que isso não ocorra e nem o governo será capaz de fiscalizar isso. A contaminação das variedades locais trará problemas não apenas legais aos agricultores, mas poderão afetar todo o sistema, com reflexos sobre o futuro do milho como um todo, efeitos ambientais não conhecidos, e problemas relativos à segurança e à soberania alimentar.

IHU – COMO OS AGRICULTORES SE POSICIONAM DIANTE DESSA MEDIDA?

Dal Soglio – Toda vez que os agricultores familiares perdem o controle sobre algum insumo, aumentam os custos e seus rendimentos são reduzidos. A agricultura familiar está perdendo sua condição de reprodução social em parte por essas perdas de autonomia, o que tem se refletido sobre o êxodo dos jovens e a pobreza no campo. Por outro lado, vemos em modelos de retomada da busca pela autonomia que existem saídas que não passam pela adoção de tecnologias que se dizem mais produtivas, como as dos transgênicos. Muitas experiências baseadas em adoção de tecnologias agroecológicas, que busca a autonomia e a sustentabilidade da agricultura, mostram que é possível até manter alto nível de produtividade, aliada a aumentos de renda, onde se assiste a um retorno dos jovens. Mas são modelos de baixa dependência de insumos e que não geram lucros para empresas, o que não interessa a muitos grupos, incluindo os que se dizem representantes dos agricultores.

Existem muitos movimentos de agricultores que apontam essa direção como a única possível, mas que precisaria de políticas públicas fortes e coordenadas, o que não está acontecendo. Um exemplo é essa liberação de sementes transgênicas no troca-troca, pois o mesmo estado que diz estar lutando por um desenvolvimento sustentável acaba por apoiar exatamente a tecnologia que está associada à insustentabilidade do desenvolvimento rural. Se o modelo da agricultura chamada moderna fosse de fato sustentável e positivo, não teríamos a crise que temos em todos os seus setores, do ponto de vista social, ambiental e mesmo econômico. A pobreza rural ainda está lá, e muito forte, enquanto destruímos o nosso ambiente, e os jovens abandonam os espaços rurais em busca de uma vida melhor.

“Não existe uma ligação direta do uso de variedades transgênicas no Troca-Troca no sentido de aumento da produtividade de milho por pequenos agricultores”

IHU – DIANTE DO PROGRAMA TROCA-TROCA DE SEMENTES, COMO FICA A DISTRIBUIÇÃO E TROCA DE SEMENTES CRIULAS?

Dal Soglio – Não está claro como será a relação do troca-troca em 2013 com o milho crioulo, pois havia em 2012 uma linha especial para essa aquisição. Neste momento não temos essa informação sobre a continuidade ou não dessa opção por parte dos agricultores. Mas acredito que deveriam ser feitos esforços nesse sentido, garantindo que os pequenos agricultores possam optar por diferentes variedades.

IHU – COMO OS AMBIENTALISTAS SE POSICIONAM DIANTE DESTE PROGRAMA? ENTRARÃO NA JUSTIÇA CONTRA A DECISÃO APROVADA EM 23 DE ABRIL?

Dal Soglio – Não só ambientalistas, mas também militantes de movimentos sociais, pesquisadores e técnicos que trabalham com agroecologia foram surpreendidos pela decisão, que, a nosso ver, foi política e não considerou de fato as questões apontadas sobre os problemas e, em especial, sobre as perspectivas ligadas ao desenvolvimento sustentável do estado. As possibilidades de ação na Justiça estão sendo estudadas com apoio de diferentes grupos estaduais e nacionais. Havendo possibilidade jurídica de se enfrentar essa decisão, isso deverá acontecer.

No entanto, é lamentável que o governador Tarso Genro, assim como os representantes de entidades que estão no Conselho do Feaper, não tenha, antes de tomar uma decisão, buscado ouvir essas entidades e seus argumentos. O Rio Grande do Sul, que apresenta tantas experiências exitosas em produção de base ecológica e sustentável, perdeu mais uma vez a oportunidade de ser melhor, e continua a andar na direção da insustentabilidade, o que será ruim para todos, mas especialmente ruim para nossas futuras gerações, pois o estado não lhes está garantindo as condições necessárias. Estamos abrindo mão da autonomia e da sustentabilidade em benefício de uns poucos, e que geralmente nem estão no estado.

A agricultura precisa de novas lideranças capazes de entender que não vamos melhorar se continuarmos a tratar nossos agricultores e nosso ambiente com uma visão deturpada de agricultura, a qual nos é apresentada por estes grupos econômicos e que, hoje, são hegemônicos, controlando nossas sementes. ■

Fábio Dal Soglio – *Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Fitotecnia pela mesma instituição, e doutor em Fitopatologia pela University of Illinois at Urbana-Champaign. Tem especialização em Melhoramento de Plantas pela Universidade de Wageningen, Holanda, e leciona na UFRGS. Foi presidente da Associação Brasileira de Agroecologia de 2004 a 2007, e vice-presidente em 2008 e 2009. É membro da Comissão editorial da ABA-Agroecologia, e entre 2006 e 2007 foi representante da sociedade civil como especialista em agricultura familiar junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. Artigo publicado em IHU-On line (30/04/2013) e portal EcoDebate (03/05/2013).*



As abelhas vencem o primeiro round

Após dois anos de uma formidável mobilização da comunidade científica e de ONGs, a União Europeia proíbe o uso de três pesticidas letais para as fabricantes de mel.

por Cidadania & Meio Ambiente

As abelhas são responsáveis por polinizar todos os nossos alimentos. Por isso, quando os cientistas começaram a notar que, silenciosamente, esses insetos vitais para a perpetuação da natureza morriam em proporções aterrorizantes, organizações de defesa ambiental e cientistas uniram esforços em campanhas de conscientização para o desastre. Aparentemente temendo mais os cidadãos – cerca de três milhões de pessoas encamparam a campanha via petições por e-mail e manifestações públicas – do que o lobby da indústria, a proposta acabou por ter o apoio de 15 dos 27 estados-membros da UE. E, assim, a partir de dezembro próximo, a EU aprovou a suspensão de uso de três pesticidas neonicotinóides que causam a morte das abelhas.

Os pesticidas agora proibidos são produzidos principalmente pela Bayer (Alemanha) e Syngenta (Suíça). Estes fabricantes e alguns cientistas alegam não ter sido comprovada a ligação entre o uso de neonicotinóides e o acentuado declínio no número de abelhas na Europa nos últimos anos – fenômeno conhecido como “*desordem de colapso da colônia*”. Em Bruxelas, a apicultora Hélène Kufferath constatou o efeito nefasto: “*os pesticidas neonicotinóides*

des provocam danos terríveis ao afetar os neurotransmissores das abelhas, fato que as impossibilita de retornar às colméias após suas jornadas diárias. Elas se perdem e morrem”. Com base nas evidências produzidas por cientistas e apicultores a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos considerou que os riscos existem, fato que levou a Comissão Europeia a elaborar a proposta de proibição agora aprovada, que apenas não se aplica às culturas de cereais de inverno e plantas não atraentes para as abelhas, tais como a beterraba açucareira.

Vanessa Amaral-Rogers, da Buglife – organização especializada em conservação – exultou: “*Foi um voto apertado, mas graças à enorme mobilização dos membros da Avaaz, dos criadores de abelhas e de outros grupos [Environmental Justice Foundation, Amigos da Terra, Pesticides Action Network...], nós vencemos! Não tenho dúvidas sobre o quanto as enchentes de telefonemas e emails enviados aos ministérios, as ações presenciais em Londres (Reino Unido), Bruxelas (Bélgica) e em Colônia (Alemanha), e a gigante petição com 2.6 milhões de assinaturas foram responsáveis por esse resultado!*”

Também satisfeita está a organização ambientalista Greenpeace, que ainda quer ir mais longe. “*Num relatório científico recente, identificamos sete substâncias que colocam problemas muito sérios para as abelhas e outros insetos polinizadores. Gostaríamos que a Comissão não agisse apenas contra os pesticidas neonicotinóides, mas que também leve em conta as evidências científicas de que outras substâncias são tão tóxicas como as que foram proibidas*”, afirma Marco Contiero.

Não obstante essa primeira conquista, a moratória estabelecida pela UE durará apenas dois anos até ser revisada. Enquanto isso, ao redor do mundo, as abelhas continuam a morrer por causa dos pesticidas que as enfraquecem e as deixam confusas, e pela perda de seu habitat natural devido à expansão galopante da urbanização. Na Europa e ao redor do mundo) há ainda muito que fazer para garantir que a ciência seja a condutora de nossas políticas agrícolas e ambientais. ■

Fontes: www.avaaz.org, www.euronews.com, www.independent.co.uk, www.presseurop.eu.

60 Responsabilidade coletiva futuro da espécie humana

○ o homem possui uma singularidade no conjunto dos seres: cabe-lhe a responsabilidade ética de cuidar e manter as condições que garantam a sustentabilidade de toda a Mãe Terra.

por Leonardo Boff

Em votação unânime de 22 de abril de 2009, a ONU acolheu a idéia, durante muito tempo proposta pelas nações indígenas e sempre relegada, de que a Terra é Mãe. Por isso a ela se deve o mesmo respeito, a mesma veneração e o mesmo cuidado que devotamos às nossas mães. Assim, todo dia 22 de abril não será apenas o dia da Terra, mas o dia da Mãe Terra.

Esse reconhecimento comporta consequências importantes. A mais imediata delas é que a Terra viva é titular de direitos. Mas não só ela, mas também todos os seres orgânicos e inorgânicos que a compõem; são, cada um a seu modo, também portadores de direitos. Vale dizer, cada ser possui valor intrínseco, como enfatiza a Carta da Terra, independentemente do uso ou não que fizermos dele. Ele tem direito de existir e de continuar a existir nesse planeta e de não ser maltratado nem eliminado.

Essa aceitação do conceito da Mãe Terra vem ao encontro daquilo que já nos anos 20 do século passado o geoquímico russo Wladimir Vernadsky (1983-1945), criador do conceito de biosfera (o nome foi cunhado do geólogo austríaco Eduard Suess (1831-1914) chamava de *ecologia global* no sentido de ecologia do globo terrestre como um todo. Conhecemos a *ecologia ambiental*, a *político-social* e a *mental*. Faltava uma *ecologia global* da Terra tomada como uma complexa unidade total. Na esteira do geoquímico russo, recentemente James Lovelock, com dados empíricos novos, apresentou a hipótese Gaia, hoje já aceita como teoria científica: a Terra efetivamente parece como um superorganismo vivo que

se autoregula, tese apoiada pela teoria dos sistemas, da cibernética e pelos biólogos chilenos Maturana e Varela, e pelo físico quântico Fritjof Capra.

Vernadsky entendia a biosfera como aquela camada finíssima que cerca a Terra, uma espécie de sutil tecido indivisível que capta as irradiações do cosmos e da própria Terra e as transforma em energia terrestre altamente ativa. A vida se realiza aqui.

Nesse todo se encontra a multiplicidade dos seres em simbiose entre si, sempre interdependentes de forma que todos se autoajudam para existir, persistir e coevoluir. A espécie humana é parte deste todo terrestre, aquela porção da Terra que pensa, ama, intervém e constrói civilizações.

A espécie humana possui uma singularidade no conjunto dos seres: cabe-lhe a responsabilidade ética de cuidar, manter as condições que garantam a sustentabilidade do todo.

Vivemos gravíssimo risco de destruir a espécie humana e todo o projeto planetário. Fundamos, como afirmam alguns cientistas, o antropoceno: uma nova era geológica com altíssimo poder de destruição, fruto dos últimos séculos que significaram um transtorno perverso do equilíbrio do sistema-Terra. Como enfrentar esta nova situação nunca ocorrida antes de forma globalizada e profunda?

Temos pessoalmente trabalhado os paradigmas da sustentabilidade e do cuidado como relação amigável e cooperativa para com a natureza. Queremos agora, brevemente, apresentar um complemento necessário:

a ética da responsabilidade do filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993) com o seu conhecido *Princípio Responsabilidade*, seguido pelo *Princípio Vida*.

Jonas parte da triste verificação de que o projeto da tecnociência tornou a natureza extremamente vulnerável a ponto de não ser impossível o desaparecimento a espécie humana. Dai emerge a responsabilidade coletiva, formulada nesse imperativo: *aja de tal maneira que os efeitos de tuas ações não destruam a possibilidade futura da vida*.

Jonas trabalha ainda com outra categoria que deve ser bem entendida para não provocar uma paralisação: o temor e o medo (Furcht). O medo aqui possui um significado elementar, um medo que nos leva instintivamente a preservar a vida e toda a espécie. Há efetivamente o temor de que se deslanche um processo irrefreável de destruição em massa, com os meios diante dos quais não tínhamos temor em construir e que agora, temos fundado temor de que nos podem realmente destruir a todos. Daí nasce a responsabilidade face às novas tecnociências, como a biotecnologia e a nanotecnologia, cuja capacidade de destruição é inconcebível. Temos que realmente nos responsabilizar pelo futuro da espécie humana por temor e muito mais por amor à nossa própria vida. ■

Leonardo Boff é autor de *Do Iceberg à Arca de Noé, Mar de Idéias* 2012. Artigo originalmente publicado por Leonardo Boff em seu blogue pessoal (leonardoboff.wordpress.com) e em *EcoDebate* (14/05/2013).



Corredeiras do rio Tapajós que serão alagadas na construção da barragem hidrelétrica de São Luiz do Tapajós no Parque Nacional da Amazônia.

Fernanda Ligabue

A arquitetura da destruição no rio Tapajós

O projeto de construção de novas barragens hidrelétricas somado à exploração dos recursos minerais no oeste do Pará é uma grave ameaça à integridade do povos da floresta e da biodiversidade das terras banhadas pelo rio Tapajós.

por Carlos Juliano Barros
Fotos Agência A Pública

Quando decidi encarar de carro os 3.338 quilômetros que separam o Rio de Janeiro do município de Itaituba, no oeste do Pará, o geólogo Juan Doblas – especialista em imagens de satélite – nem imaginava que daria uma contribuição e tanto à biologia da Amazônia. Enquanto dirigia pelo trecho da BR 163 que atravessa o Parque Nacional do Jamanxim, uma das doze unidades federais de conservação ambiental que protegem essa parte da floresta alimentada pela bacia do rio Tapajós, ele se deparou com uma macaca que, atordoada pelo barulho do automóvel, abandonou em plena estrada o filhote que carregava.

Depois de deixar o pequeno animal em uma árvore, permitindo que ele fosse resgatado pela mãe, Doblas resolveu filmar e tirar fotos do reencontro. “Quando cheguei a Itaituba, mostrei as imagens para um amigo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) especialista em macacos”, conta o geólogo. A surpresa de ambos não poderia ser maior.

Tratava-se de uma espécie em perigo, típica do estado do Amazonas, mas que, supõe-se, havia se deslocado para essa parte do Pará justamente por encontrar na floresta intocada do Tapajós um verdadeiro

refúgio. “Foi um fato casual que mostrou dados completamente novos sobre a distribuição de espécies em extinção na Amazônia”, explica Doblas, que trabalha com geoprocessamento no Instituto Socioambiental (ISA), uma das principais organizações ambientalistas do país.

O geólogo narra esse episódio justamente para ilustrar a incrível – mas, em boa parte, desconhecida – biodiversidade que pode ser duramente golpeada pela construção de um complexo de hidrelétricas nos rios Tapajós e no seu afluente Jamanxim. O potencial levantado para essa bacia hidrográfica

localizada no oeste do Pará comporta até sete usinas capazes de produzir no total cerca de 14 mil Megawatts (MW) – potência equivalente à da binacional Itaipu.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, documento produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao menos duas delas devem entrar em funcionamento até o final desta década: São Luiz do Tapajós e Jatobá.

Se efetivamente sair do papel, o complexo hidrelétrico pode trazer impactos ambientais inimagináveis para os 850 quilômetros de águas de tons azuis e verdes do Tapajós, guarnecido por dezenas de reservas florestais e terras indígenas. Sem sombra de dúvida, trata-se de uma das mais belas partes da Amazônia. Tanto é assim que um dos destinos turísticos mais conhecidos da floresta, as paradisíacas praias de Alter do Chão, ficam no município de Santarém, na foz do rio.

Como nem poderia deixar de ser, a construção desse conjunto de hidrelétricas não vai acarretar problemas apenas ao meio ambiente. Segundo a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo inventário das informações acerca das usinas do Tapajós, pelo menos 2,3 mil pessoas de 32 comunidades ribeirinhas serão diretamente afetadas se os sete empreendimentos forem levados a cabo. Outras 16 aldeias indígenas da etnia munduruku também terão parte de seus territórios inundada pelos reservatórios que serão formados pelas barragens.

Das usinas previstas no complexo hidrelétrico, duas delas – São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no rio Tapajós – já tiveram seu processo de licenciamento ambiental iniciado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Por enquanto, o custo das duas é estimado em R\$ 23 bilhões, com verba carimbada pela segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

São Luiz do Tapajós, a maior do complexo, com capacidade para 6.133 MW, é a que está em fase mais adiantada. A obra mexe em um cenário tão delicado que, mesmo antes de ser concluído seu Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), já vem provocando uma verdadeira batalha nos tribunais. No último mês de novembro, a Justiça Federal

“O Tapajós é o único dos quatro grandes afluentes da margem direita do Amazonas que não foi represado para a produção de eletricidade em larga escala.”

suspendeu, em primeira instância, o licenciamento da hidrelétrica por conta de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA).

“O pedido de suspensão se baseia em dois motivos. Em primeiro lugar, não foi realizada uma avaliação ambiental integrada. É preciso analisar o impacto conjunto de todas as usinas previstas para a bacia do Tapajós, e não o de apenas uma delas isoladamente”, explica Fernando Antônio Oliveira Júnior, procurador do MPF. “Além disso, não foi feita uma consulta prévia às populações indígenas que vão ser afetadas pelos empreendimentos. Essa consulta tem que ser anterior a qualquer tipo de autorização.”

O Tapajós é considerado a última grande fronteira energética da Amazônia. Por enquanto, é o único dos quatro grandes afluentes da margem direita do Amazonas que não foi represado para a produção de eletricidade em larga escala. Na década de 1970, os militares barraram o rio Tocantins para fazer a usina de Tucuruí, aquela que hoje é segunda maior hidrelétrica do Brasil em funcionamento, atrás apenas de Itaipu. Com a chegada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto e a criação do PAC, foram erguidas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, além de Belo Monte, no Xingu.

“Os governos de Lula e de Dilma Rousseff estão decididos a transformar o Brasil na terceira maior economia do mundo à custa da nossa floresta”, critica o Padre Edilberto Sena, do Movimento Tapajós Vivo, fórum que reúne diversas organiza-

ções de defesa do meio ambiente e dos direitos das populações locais.

Por encomenda da ONG Conservação Internacional, Wilson Cabral, pesquisador e professor do Instituto de Tecnologia de Aero-náutica (ITA), está produzindo um estudo que calcula, na ponta do lápis, os reais custos econômicos, sociais e ambientais envolvidos na construção das usinas do Tapajós.

Em 2010, o professor produziu uma pesquisa semelhante sobre Belo Monte e concluiu que o empreendimento tinha mais de 90% de chance de inviabilidade. Segundo as complexas fórmulas matemáticas utilizadas pelo professor, o valor do prejuízo variava em um intervalo de US\$ 7 milhões a US\$ 8 bilhões.

O novo estudo está em fase final e deve ser divulgado no começo de 2013. Por essa razão, ele evita falar de valores. Mas, ao que tudo indica, o Tapajós segue a mesma trilha de Belo Monte. *“A análise está apontando inviabilidade para todas as usinas e, conseqüentemente, para todo o complexo”, afirma Cabral. “Não é preciso empreender hidrelétricas no Tapajós para atender a demanda energética brasileira, desde que se invista em outras fontes e também se trabalhe a eficiência do consumo da energia que já é produzida.”*

ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO

Para acelerar o licenciamento das duas primeiras usinas do complexo, São Luiz do Tapajós e Jatobá, o governo federal precisou recorrer a um verdadeiro malabarismo legal. Em janeiro, a presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória 558, convertida em lei no mês de junho, pela qual reduziu as áreas de cinco Unidades de Conservação (UCs) ambiental na entor-nada do rio Tapajós.

Em uma canetada, 75 mil hectares de florestas intocadas – que podem ser inundados com a formação dos lagos artificiais das duas barragens – ficaram sem proteção do dia para noite. O governo argumenta que, sem essa medida, seria impossível iniciar o processo de licenciamento ambiental no Ibama.

À primeira vista, a área “desafetada”, como se diz tecnicamente, parece não ser tão expressiva assim. Tanto é que o governo se defende das críticas argumentando que, para a construção das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, apenas 2% da dimen-



Oldair Lamarque

O crescimento da atividade de garimpos irregulares é perceptível a qualquer um que viaje pelo Tapajós.

são total das reservas vão de fato para baixo d'água. Mas, neste caso, vale o popular ditado de que tamanho não é documento. “A parte que será afetada nas unidades de conservação é o coração, a parte mais importante das reservas, justamente por conta da proximidade com o rio”, explica Juan Doblás, do ISA.

A Medida Provisória posteriormente convertida em lei provocou uma celeuma no ICMBio, responsável pela gestão das reservas ambientais do Brasil. Em julho, técnicos do órgão federal lotados no escritório de Itaituba, responsáveis por 12 unidades de conservação na bacia do Tapajós, lançaram um manifesto público criticando duramente não só a decisão do governo federal de reduzir a área de proteção ambiental, mas sobretudo a forma atropelada com que ela foi tomada.

“Os registros feitos até o momento apontam altíssima biodiversidade, com considerável taxa de endemismo e grande representatividade de espécies ameaçadas de extinção”, diz o documento. “Do ponto de vista da legalidade, denunciemos a desafetação das unidades realizada primeiramente por medida provisória com objetivo único de dar celeridade ao processo em detrimento da realização de estudos comprometidos com a destinação original dessas áreas: proteção e conservação da biodiversidade.”

O MPF também está questionando judicialmente a via legal utilizada pelo governo federal para reduzir a área das UCs na bacia do Tapajós, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). “O principal aspecto é formal”, explica o procura-

dor Felipe Bogado. “A área de uma Unidade de Conservação não pode ser reduzida por meio de uma lei complementar que substitui uma Medida Provisória, como fez o governo”, acrescenta. Até o momento, o Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa o processo, não se pronunciou sobre o caso.

Tragédia anunciada, o simples anúncio da redução das áreas de preservação disparou automaticamente o gatilho da degradação dessa parte da Amazônia. “A região aqui é rica em minérios. Com a desafetação das áreas, está ocorrendo um aumento de pressão sobre a floresta, principalmente nessas áreas que não fazem mais parte das unidades de conservação”, explica Nilton Rascon, analista ambiental do ICMBio.

O crescimento da atividade de garimpos irregulares é perceptível a qualquer um que viaje pelo rio. No trecho de 400 quilômetros do Tapajós entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga havia, até janeiro, cinco barcaças – chamadas de “escariantes” – fazendo garimpo diretamente no leito do rio. Com a desafetação das unidades de conservação, esse número pulou para impressionantes 35, em poucos meses deste ano. “O ICMBio precisa de mais fiscais na região. Ainda vêm muitos analistas de fora, de outros estados, para ajudar”, reconhece Rascon.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A entrada do Parque Nacional (Parna) da Amazônia, primeira unidade de conservação desse tipo criada no país, em 1974, fica a pouco mais de uma hora de carro do centro de Itaituba. Para chegar até lá, é preciso encarar trechos de asfalto e de terra batida da

BR 230, mais conhecida como Transamazônica, um dos projetos emblemáticos da ditadura militar. Se a barragem de São Luiz do Tapajós for construída, uma fração de 112 quilômetros da rodovia que corta o parque também será inundada. Até o momento, porém, nenhum representante do governo federal ou da Eletrobras veio a público para explicar como será feita a cirurgia para reconectar as pontas soltas da estrada.

E não é apenas uma parte da BR 230 que será alagada no Parna da Amazônia. Do principal mirante da reserva, aberto à visitação para turistas, é possível observar corredeiras formadas por um aglomerado de rochas encravado no meio do Tapajós. Digno de um cartão postal, esse trecho do rio não é protegido pelos órgãos ambientais apenas pelos seus atributos estéticos. Várias espécies de peixes aproveitam as corredeiras para fazer o épico ritual da piracema – a subida do rio necessária à sua reprodução.

Com a barragem de São Luiz do Tapajós, as corredeiras vão literalmente sumir do mapa, e a piracema será inviabilizada, trazendo consequências imprevisíveis. “A solução técnica é construir um tipo de escada para ajudar os peixes a subir o rio”, explica o biólogo Javan Lopes, servidor do ICMBio. “Porém, o ambiente da corredeira tem muito mais oxigênio. Então, mesmo que se construa a escada, os peixes podem morrer porque o oxigênio disponível na água diminui”, completa. Os técnicos do ICMBio não descartam uma verdadeira hecatombe ambiental: 90% das 400 espécies de peixes catalogadas no parque podem não resistir.

Nos últimos quatro anos, os gestores do Parna da Amazônia trabalharam continuamente no plano de manejo da unidade de conservação – levantamento meticuloso da fauna e da flora que, com a redução da área da reserva, será jogado literalmente na lata do lixo. Até o presente momento, foram registradas 390 espécies diferentes de aves. Entre os mamíferos catalogados, há animais que correm sério risco de extinção, como a onça-pintada, a onça-vermelha, o tamanduá-bandeira e a jaguatirica.

O destino de tamanha diversidade natural é objeto do EIA/Rima da usina de São Luiz do Tapajós, ainda em andamento. A estimativa inicial era que o estudo ficasse pronto até o final deste ano, já que o governo tinha planos de licitar a construção da hi-

drelétrica em 2013. Quando for finalizado, o documento vai possibilitar análises científicas mais refinadas sobre os impactos ambientais que podem de fato ocorrer. Mas o cronograma dificilmente será cumprido – ainda mais com a decisão judicial de novembro que suspendeu o licenciamento até que se realize uma avaliação integrada dos impactos gerados por todas as sete usinas previstas para os rios Tapajós e Jamanxim.

Não há dúvidas de que o complexo hidrelétrico vai reconfigurar a compleição natural do oeste do Pará. *“Foram necessários milhares de anos para a criação de um equilíbrio ecológico entre as espécies, como a tartaruga e o tucunaré, que depende da subida e da descida dos rios”,* explica Juan Doblás. *“Essas barragens vão alterar completamente os ciclos de cheia e de seca não só dos rios Tapajós e Jamanxim, mas de toda a rede hidrográfica associada.”*

Para entender como o fluxo do Tapajós se altera ao longo do ano, por exemplo, basta ir a Itaituba em duas épocas diferentes. A orla da cidade chega a alagar no período de cheia, que coincide com as chuvas do primeiro trimestre. Porém, na época da seca, intensificada a partir do segundo semestre, aparecem muitas praias nas margens do rio.

Os impactos ambientais provocados pelas usinas do Tapajós podem ser mais graves até do que os gerados por Belo Monte – isso, claro, se o Estado brasileiro mantiver sua palavra e não construir novas usinas no Xingu. Uma breve comparação fornece pistas do que está por vir: o lago artificial a ser formado com a barragem do rio Xingu no município de Altamira terá 510 quilômetros quadrados. Só na barragem de São Luiz do Tapajós, serão alagados 722 quilômetros quadrados – metade da área do município de São Paulo. No Xingu, o trecho do rio a ser barrado terá 200 quilômetros de comprimento. No Tapajós, será duas vezes e meia maior. O Jamanxim, com três usinas, vai se converter numa sucessão de lagoas.

Outra pulga atrás da orelha dos ambientalistas diz respeito à relação entre o barrento rio Amazonas e o esverdeado Tapajós, que se encontram – mas não se misturam – no município de Santarém. A preocupação é com uma possível invasão das águas do Amazonas sobre as do Tapajós, o que significaria a ruína turística do balneário de Alter do Chão, por exemplo. *“Se eu falar*

O garimpo de ouro no rio Tapajós avança sobre a floresta e ameaça a biodiversidade.



Oldair Lamarque

isso para um engenheiro da Eletrobras, ele vai rir na minha cara”, afirma Doblás. *“Mas eu tenho questionado doutores em hidrologia, e eles me disseram que essa possibilidade tem que ser estudada. É preciso fazer um modelo no computador. É provável que isso aconteça? Acho que não. É possível? Sim.”*

É justamente para dirimir essas dúvidas – e separar o que é mera especulação do que é risco de fato – que o Ministério Público Federal acionou a Justiça para cobrar a realização de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos impactos gerados por todas as usinas previstas no complexo hidrelétrico, e não apenas por São Luiz do Tapajós. *“É uma postura preventiva do MPF. Queremos apenas que os marcos legais sejam respeitados”,* explica o procurador Fernando Antônio Oliveira Júnior.

Por meio de nota emitida por sua assessoria de imprensa, a Eletrobras – empreendedora das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá – sustenta que a avaliação ambiental integrada *“não é exigência legal para emissão das licenças ambientais”*. A nota afirma também que a metodologia da AAI foi construída após a conclusão dos estudos do inventário do potencial hidrelétrico de toda a bacia do Tapajós.

Em outras palavras, a estatal argumenta que não havia obrigatoriedade de proceder a essa avaliação integrada na época em que fez o inventário das usinas. Por fim, a nota informa que a empresa está contratando uma equipe para fazer a AAI, que fará parte *“do conjunto de estudos para a viabilidade de*

São Luiz do Tapajós e Jatobá, o que demonstra o comprometimento dos mesmos com as melhores práticas ambientais”.

A Aneel também se manifestou por meio de nota emitida pela assessoria de imprensa. A agência defende a construção das usinas no Tapajós, com a justificativa de que a hidroeletricidade tem *“muito menos impacto ambiental”* que outras fontes térmicas à base de combustíveis fósseis.

O documento afirma ainda que *“o licenciamento é o principal movimento para a resolução de conflitos socioambientais, tendo em vista que a elaboração do EIA/RIMA e a realização de audiências públicas possibilitam o estabelecimento de condicionantes pelos órgãos ambientais”*.

ENERGIA PARA QUEM

Nos hotéis e restaurantes do centro de Itaituba ou nos trechos mais recônditos da floresta do entorno do Tapajós, é possível dar de cara com caminhonetes e técnicos de camisa polo azul a serviço da CNEC Engenharia. A empresa é a responsável pela realização dos estudos de viabilidade e do projeto técnico da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas também operou nas usinas de Belo Monte, no rio Xingu, e de Estreito, no rio Tocantins, além de diversos outros empreendimentos de porte na Amazônia.

Até janeiro de 2010, a CNEC – fundada em 1959 por engenheiros da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) – constituía o braço intelectual, por assim dizer, de uma das maiores empreiteiras do país: a Camargo Corrêa, responsável por algumas das obras de envergadura do PAC, como a hi-

drelétrica de Jirau, no rio Madeira. Quase três anos atrás, porém, a empresa foi vendida por R\$ 170 milhões para o grupo australiano WorleyParsons, uma das mais conhecidas consultorias de energia em todo o mundo.



Fernanda Ligabue

Foram justamente os engenheiros da CNEC que, na década de 1980,

mapearam os projetos de construção de usinas no rio Tapajós – e em quase todos os afluentes do rio Amazonas. Era ela quem municiaava de informações e pareceres técnicos a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico da região norte do país, desde o regime militar. “*Naquela época, eu brincava dizendo que a Eletronorte era um escritório da Camargo Corrêa*”, conta Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e grande conhecedor do sistema elétrico nacional.

A CNEC é o elo técnico do “*cartel barrageiro*” que, segundo o professor Sevá, se instalou no Brasil na época da ditadura e, desde então, não mais arredou pé do país, pressionando os governos brasileiros ao longo do tempo para a construção de grandes hidrelétricas. Nesse clube restritíssimo, figuram as principais empreiteiras brasileiras, que rateiam entre si o bolo das obras de construção civil – elas são apelidadas de “*cinco irmãs*” e congregam Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão.

Também participam do grupo as corporações internacionais que fornecem equipamentos de alta tecnologia para as usinas, como a alemã Siemens e a japonesa Toshiba. Fecham a sociedade as grandes mineradoras que não apenas consomem – mas também vendem – a energia produzida nos rios amazônicos, como a Vale e norte-americana Alcoa, por exemplo.

A verdade é que o Brasil é dos poucos países do mundo – ao lado da China, da Índia, da Turquia e do Congo – onde ainda existe espaço para tirar do papel projetos bilionários de hidrelétricas. Em tempos de crise econômica global, construir barra-

Manifestação de ribeirinhos da Vila de Pimental contra a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

gens nos rios da Amazônia é a verdadeira galinha dos ovos de ouro para *players* do capitalismo que atravessam sérias dificuldades para fechar grandes negócios.

“*Estamos oferecendo à indústria internacional a continuidade dos negócios a longo prazo e a custo baixo*”, analisa Sevá. “*O governo brasileiro libera as licenças, mesmo que se destruam o meio ambiente e a vida das populações locais. Depois, garante o custo baixo da mão-de-obra e, principalmente, do dinheiro necessário às obras, porque coloca as empresas estatais, os fundos de pensão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para alavancar o negócio.*”

A usina de Belo Monte é o exemplo mais bem acabado desse fenômeno. Só o grupo Eletrobras e os fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef) respondem, atualmente, por 70% da composição acionária do consórcio construtor da barragem. Em outras palavras, os riscos e os altíssimos investimentos inerentes à obra fizeram a iniciativa privada passar longe.

Para bancar o prejuízo, o governo tem aberto as torneiras do BNDES. Na última semana de novembro de 2012, o banco anunciou o maior financiamento de toda a sua história para a conclusão das obras da usina: R\$ 22,5 bilhões a serem pagos em três décadas. Antes dessa operação, porém, o BNDES já havia feito empréstimos-ponte (de curto prazo) de R\$ 2,9 bilhões para o consórcio construtor da hidrelétrica.

“*O custo de produzir hidrelétrica na Amazônia é muito alto e incerto*”, afirma Wilson Cabral, do ITA. “*Todos os projetos geraram aditivos contratuais da ordem de pelo menos 25%*”, alerta. No caso do Tapa-

jós, a engenharia financeira para viabilizar a obra ainda não está traçada – até porque os R\$ 23 bilhões previstos para as usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá no orçamento do PAC 2 não passam de estimativas. Mas, assim como aconteceu nas usinas dos rios Madeira e Xingu, não há dúvidas de que o tripé formado por Eletrobras, fundos de pensão e BNDES deve entrar na jogada.

Tampouco está decidido o futuro da eletricidade a ser gerada. Na página 80 do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, é possível ler com todas as letras que ela servirá integralmente para alimentar a demanda das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Porém, não é demais lembrar que o Pará concentra a maior província mineral do planeta. Além do ouro, que hoje é explorado em mais de 2 mil garimpos ao longo do rio Tapajós, as novas usinas devem consolidar o estado como um grande polo de alumínio.

Atualmente, existem quatro grandes projetos de extração e beneficiamento de bauxita no Pará, envolvendo gigantes como as brasileiras Vale e Votorantim, a norte-americana Alcoa e a norueguesa Hydro. Uma das principais reclamações dessas indústrias – chamadas de eletrointensivas, por consumirem eletricidade em larga escala – é o preço da energia. O complexo hidrelétrico do Tapajós é uma dos caminhos para baratear os custos. “*Os grupos que estão por trás, apoiando inclusive financeiramente a construção das usinas, são empresas de exploração de commodities minerais. Então, esses empreendimentos não vão equalizar a demanda de energia para o Sudeste. Eles são para empresas que estão se assentando na região Norte*”, finaliza Cabral. ■

Carlos Juliano Barros – Artigo para *A Pública* (www.apublica.org) agência independente de jornalismo investigativo, onde podem ser encontradas séries de reportagens sobre o impacto dos grandes empreendimentos na região amazônica. Artigo publicado no portal *EcoDebate* (11/12/2012).



Central Hidrelétrica de Mantaro, Cuenca, Peru / DR

Especialistas reiteraram no Painel Internacional sobre Ambiente e Energia na Amazônia (PIAEA) a necessidade de uma moratória para as hidrelétricas na região.

por Hélio Carneiro

Energia e o futuro da Amazônia

A Amazônia enfrenta sérios problemas ambientais como perda de áreas silvestres e declínio da biodiversidade. A essas questões somaram-se recentemente vários empreendimentos do setor energético. No entanto, a região desempenha papel fundamental como reservatório de diversidade biológica e partícipe da dinâmica dos principais processos ecológicos globais.

Para abordar estas e outras questões foi constituído o Painel Internacional sobre Meio Ambiente e Energia da Amazônia (PIAEA) ⁽¹⁾. Lançado em 2011, o painel inclui especialistas e líderes comunitários preocupados com a situação da Amazônia Continental, que se espalha por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

O FUTURO DA AMAZÔNIA

Em 17 de abril de 2013, o Painel sediou sua reunião em Bogotá, Colômbia, e emitiu uma declaração pública em função das atuais estratégias de desenvolvimento prevalentes nos países amazônicos e da nova arquitetura regional (Unasul, BNDES) estarem ameaçando a sustentabilidade de toda a ecorregião. A principal conclusão foi a reafirmação de uma urgente e necessária moratória para as diferentes atividades que impactam a Amazônia, com ênfase na energia hidrelétrica.

Em comunicado público ⁽²⁾ os membros do Painel salientaram que as atividades de mineração, construção de estradas, prospecção e exploração de hidrocarbonetos e a construção de hidrelétricas são algumas das atividades alvo de moratória.

Divulgada por ocasião do fórum “O Futuro da Amazônia”, o documento apresenta alguns dos principais diagnósticos sobre os impactos das barragens na região amazônica. E enfatiza a necessidade de se construir uma Agenda Regional para o Desenvolvimento Sustentável via quatro objetivos de sustentabilidade: *desmatamento zero, erradicação da pobreza, garantia de governabilidade dos territórios indígenas e obtenção de energia sustentável*.

Afinal, só nos próximos 10 anos os países amazônicos planejam construir dezenas de barragens, mesmo sem regulamentos e mecanismos de avaliação do impacto socioambiental comprovadamente sólidos e eficazes, e sem consulta e consentimento das populações afetadas pela reconfiguração fitogeográfica e hidrológica resultante das áreas inundadas e da mudança de curso e fluxo dos cursos d’água.

O Painel colocou em discussão a suposição de que a “energia hidrelétrica” não gera emissões de gases de efeito estufa. “No entanto, há abundância de dados científicos mostrando que as emissões provenientes das barragens podem ser tão importantes ou até maior do que as produzidas em usinas de energia termelétricas, em função do tipo de combustível, de tecnologia e do horizonte temporal de avaliação” ⁽³⁾.

Ao destacar a urgência de se pensar os limites de produção e utilização de energia para a região alcançada a sustentabilidade, o Painel observou ser “claramente um absurdo a exploração de hidrocarbonetos em áreas frágeis como a Amazônia para a obtenção de um combustível que não deveria ser mais utilizado”.

Também reafirmou que o objetivo básico para se garantir a sobrevivência da Amazônia é solucionar a questão dos direitos indígenas e das comunidades ribeirinhas sobre as terras que ancestralmente habitam, sua governança e a análise cuidadosa nas tomadas de decisão sobre todos os projetos que possam vir a afetar vidas, terras e culturas dos habitantes da Amazônia.

Finalmente, a declaração enfatiza a importância do processo de paz na Colômbia para se alcançar a sustentabilidade da região. ■

REFERÊNCIAS:

- (1) O Painel é uma entidade independente destinado a abordar a problemática amazônica via discussão de pontos-de-vista dos vários países amazônicos e de distintas disciplinas. É integrado por distinguidas personalidades e pesquisadores científicos como: Jenny Gruenberger (Bolívia); Philip M. Fearnside, Foster Brown e Celio Bermann (Brasil); Francisco José Ruiz (Colômbia); César Gamboa e Martin Scurren (Peru); Eduardo Gudynas e Gerardo Honty (Uruguai). A Secretaria Técnica está a cargo de Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR) e do Centro Latino Americano de Ecologia Social (CLAES).
- (2) Para conhecer em profundidade a questão, aconselhamos visita ao sítio www.amazoniayenergia.com
- (3) Peter Bosshard, Matt Finer, Ph.D., Clinton N. Jenkins, Ph.D. Proliferación de las represas hidroeléctricas en La Amazonía Andina y sus implicaciones para la conectividad Andes-Amazônia. estudo que pode ser baixado em pdf em www.saveamericasforests.org/

Fontes: *Amazônia y Energia* (www.amazoniayenergia.com); *Derecho, Ambiente y Recursos Naturales /DAR* (www.dar.org.pe); *Centro Latino-Americano de Ecologia Social/CLA*

No recém publicado relatório *Statement on the Status of the Global Climate*, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) informa que 2012 foi um dos dez mais quentes de toda a história, fato que reforça a tese do avanço do aquecimento global.

TERRA

2°C + quente em 2012

por Organização Meteorológica Mundial

Apesar do impacto do La Niña, no início do ano, reduzindo as temperaturas em várias partes do mundo, 2012 entra para os registros como o nono ano mais quente já identificado pelos cientistas. Em média, registraram-se temperaturas terrestres e da superfície dos oceanos 0,45°C acima da média de 14°C do período entre 1961 e 1990. Por 27 anos consecutivos, a média registrada tem ficado acima do período de comparação.

Outro sinal preocupante do aquecimento global, 2012 registrou uma perda recorde do gelo do Ártico: 18% superior ao recorde anterior, de 2007, chegando a 3,4 milhões de quilômetros quadrados desde que os registros começaram a ser realizados por satélite. “Esse também é um sinal de muita preocupação”, alertou Michel Jarraud. Em agos-

to, o Ártico perdeu 92 mil quilômetros quadrados por dia, outro recorde absoluto. O volume de gelo ficou 49% abaixo da média dos últimos 30 anos, enquanto a Groenlândia registrou o maior degelo em 34 anos.

“A extensão do gelo do mar Ártico atingiu uma nova baixa. A taxa alarmante em que fusão está ocorrendo nessa área neste ano destacou as profundas mudanças que ocorrem nos oceanos e da biosfera. A mudança climática está ocorrendo diante de nossos olhos e continuará como resultado da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera que aumentam de forma constante e têm novamente alcançado novos recordes”, disse Jarraud.

Um dos aspectos destacados pelo relatório é o fato de que, apesar dos esforços inter-



nacionais e promessas de governos e empresas, a concentração de gases de efeito estufa continua em expansão e voltou a atingir um novo recorde em 2011. A concentração de CO₂, por exemplo, está 40% acima dos níveis pré-industriais de 1750. Mas o que mais preocupa é que a expansão desse gás é mais intensa agora que nos anos 1990.

No caso do gás metano, sua intensidade na atmosfera é 159% superior ao que era registrado pelos cientistas há 300 anos. Se a expansão das emissões chegou a cair no início do século 21, agora os especialistas apontam que voltou a crescer. No geral, a



Furacão Sandy ao largo das Carolinas.
Foto: NASA obtida pelo satélite Moderate
Resolution Imaging Spectroradiometer (MODIS),
October 28, 2012.

concentração de gases de efeito estufa na atmosfera é 30% ao que era em 1990; entre 2010 e 2011, o aumento foi de 1,2%.

ONDAS DE CALOR

Durante o ano, houve grandes ondas de calor no hemisfério norte, dando os destaques de março a maio em todo o continental dos Estados Unidos e da Europa. Durante as ondas de calor março 2012 ocorreram muitos casos de temperaturas recordes na Europa e quase 15 mil novos registros diários nos EUA. Na Rússia, foi o verão mais quente registrado desde 2010. No verão, a temperatura quebrou vários recordes em Marrocos.

Na América do Sul, o impacto da elevação de temperaturas foi ainda maior. Se a Argentina viveu seu ano mais quente desde 1961 e o Nordeste brasileiro vivenciou a pior seca em meio século. Seu auge, registrado entre março e maio, marcou um déficit de chuva de 300 milímetros. Esta anomalia climática que afetou 1,1 mil municípios, um quinto de todas as cidades brasileiras, é considerada um dos mais importantes do planeta no ano. Na América do Sul e no Brasil, a onda de calor fez as temperaturas médias ficarem entre 1°C e 2°C acima do normal.

Entre os cientistas da OMM, a onda de calor e as anomalias são vistas com preocupação. “*Esse é um sinal alarmante. Tudo indica que o aquecimento continuará a ocorrer, devido à concentração de gases de efeito estufa*”, declarou o secretário-geral da OMM, Michel Jarraud. Além do caso brasileiro, outros destaques foram o aumento de temperatura e a seca na Rússia, América do Norte e Norte da África. E na Austrália, o total de precipitação de abril a outubro foi de 31 por cento abaixo da média.

CICLONES, FURACÕES E TUFÕES

Durante os dez primeiros meses a ocorrência mundial de 81 tempestades (velocidade do vento inferior a 34 nós, ou 63 quilômetros por hora) ficou próxima da média de 85 tempestades verificadas no período de 1981 a 2010. No entanto, no Atlântico, a temporada de furacões foi acima da média pelo terceiro ano consecutivo, com um total de 19 tempestades com status de furacão.

Mas, com o aquecimento do planeta, ao grandes turbilhões passaram a ganhar dimensões inéditas. Em 2012, por exemplo, os níveis dos mares ficaram 20 centímetros acima do registrado em 1880, o que estaria levando furacões, como o Sandy, a ter consequências bem mais desastrosas que há cem anos. O Sandy matou 100 pessoas e causou grande destruição no Caribe antes de desenvolver mais força e provocar dezenas de bilhões de dólares em danos, além de 130 mortes no leste dos Estados Unidos

O leste da Ásia foi severamente afetado por tufões poderosos ao longo do ano. O tufão Bopha, o mais mortífero ciclone tropical do ano, atingiu as Filipinas – duas vezes – em dezembro. O tufão Sanba de intensidade desmesurada provocou chuvas e enchentes diluvianas, causando deslizamentos de terra e afetando milhares de pessoas.

ONDAS DE FRIO EXTREMO

A Eurásia foi vitimada do final de janeiro a meados de fevereiro por uma onda de frio ímpar que repercutiu com severidade na economia por sua intensidade e duração. No leste da Rússia em finais de janeiro, as temperaturas variaram entre – 45°C e – 50°C. Em várias regiões da Europa Oriental foram relatadas temperaturas mínimas de – 30°C.

INUNDAÇÕES

Em muitas partes da África Ocidental e do Sahel, em particular o Níger e o Chade, ocorreram graves inundações no período julho-setembro devido às monções de intensa atividade. As fortes chuvas do final de julho até o início de outubro causaram inundações excepcionais em toda a Nigéria. Algumas partes do sul da China registraram entre abril e maio os maiores dilúvios dos últimos 32 anos. Em setembro a monção causou inundações devastadoras no Paquistão.

Embora os fenômenos meteorológicos extremos sempre tenham ocorrido, agora eles surgem com maior frequência e intensidade devido ao aquecimento global. Como salienta Michel Jarraud no relatório, cada vida perdida devido aos descontroles climáticos e aos desastres promovidos pela água é uma tragédia irreparável. Por isso, o relatório alerta a governança global para a necessidade de investimento maciço nos sistemas de monitoramento e alerta precoce (24 horas por dia) operados pelos serviços meteorológicos e hídricos mundiais, cada dia mais confiáveis graças aos modelos computadorizados de previsão meteorológica e pelos avanços nos sistemas de radar, satélite e de outros sistemas de observação das condições meteorológicas, do clima e da água. Mas, sobretudo alerta para o urgente gerenciamento das ações que promovam a mitigação das causas do aquecimento global. ■



Fonte: *Statement on the Status of the Global Climate.*
www.wmo.int

Indícios apontam para a “morte matada” das pretensões de justiça no campo e de preservação do ambiente. Uma reforma agrária ao revés está ocorrendo no país.



Simon Chirgwin/BBC WorldSeries

Réquiem para o campo e para as matas

por José Juliano de Carvalho Filho

As políticas agrárias dos governos de Lula e de Dilma se inserem no contexto do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador, de baixa incorporação tecnológica e maior vulnerabilidade externa. Esse modelo beneficia os interesses envolvidos no agronegócio e coloca o país em uma posição subalterna em relação ao exterior.

Há, hoje, duas políticas – a grande e a pequena – para o setor rural. De um lado, os de maior peso controlam a política econômica e a agrícola (por meio dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, além do BNDES). De outro, os mais fracos têm espaço na política agrária (nos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social).

O principal instrumento da política agrária – a reforma agrária – não passa de pequena política. O governo tornou-se refém do grande capital e dos ruralistas. Assim, aumentou a dificuldade de acesso à terra pelos economicamente mais fracos. Persistiram as velhas estruturas político-econômicas do campo brasileiro – com agravamento do conservadorismo, desigualdades, as injustiças, a violência e a degradação ambiental. Repetiu-se a concentração de terra e de poder.

As políticas públicas para a questão agrária permaneceram tímidas e impotentes frente ao agronegócio. Foram importantes as políticas operadas pela Companhia Nacio-

nal de Abastecimento para assentados e produtores familiares – lei da merenda escolar, formação de estoques, compra e doação simultânea. No entanto os benefícios mais relevantes continuam a ser direcionados a grandes produtores.

Enquanto isso, os números da reforma agrária são vergonhosos. O mandato de Dilma Rousseff apresenta o pior desempenho, desde o governo FHC (1995-2002), quanto ao número de famílias assentadas. O governo anunciou que o Incra passará a ter como principal prioridade fornecer assistência técnica aos assentamentos, em vez da desapropriação de terras. Em nome dos interesses dos assentados, desqualifica-se a reforma agrária, ou seja, o fundamental acesso à terra.

A argumentação para tanto toma por base a pobreza devida à baixa produtividade dos assentamentos. Esse discurso pseudo modernizador é falso, pois ignora que reforma agrária implica um conjunto de políticas que inclui desapropriação, produção, saúde e educação. Na região Norte, as políticas governamentais concentram terras em benefício dos grileiros. Há os exemplos da mudança no assentamentos. Esse discurso pseudo modernizador é falso, pois ignora que reforma agrária implica um conjunto de políticas que inclui desapropriação, produção, saúde e educação. Uma reforma agrária ao revés está ocorrendo no país.

Nas regiões de ocupação antiga, as monoculturas do agronegócio reconcentram terras. Ao mesmo tempo, nas regiões de fronteira ou de ocupação recente – especificamente na região Norte –, as políticas governamentais concentram terras em benefício dos grileiros.

Há os exemplos da mudança no Código Florestal e da ofensiva para retirar a competência da União na demarcação de terras indígenas, na criação de unidades de conservação e no reconhecimento de áreas remanescentes de quilombolas. Indícios apontam para a “morte matada” das pretensões de justiça no campo, de reforma agrária e de preservação do ambiente.

A posição do governo faz com que a direita reacionária, incluídos os ruralistas, atue como um “ghost writer” com poder de imposição e se sinta diante de um campo aberto. Se se apresenta de modo cada vez mais ousado, é porque não vê obstáculos importantes nem oponentes dignos desse nome. ■

José Juliano de Carvalho Filho – Economista, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* (30/04/2013) e republicado pelo IHU-OnLine e pelo portal *EcoDebate* (03/05/2013).

MINISTROS DO STJ E VICE-PROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA FECHAM CONGRESSO DA ABRAMPA

A conferência de encerramento do XIII Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente foi mediada pelos ministros do STJ, Herman Benjamin e Sérgio Kukina, pela Subprocuradora-Geral da República, Sandra Cureau, e pelo conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior. Juntos, os juristas explanaram sobre a jurisprudência ambiental no Superior Tribunal de Justiça.

Benjamin abordou os aspectos inconstitucionais do novo Código Florestal, e afirmou que “quem utiliza recursos ambientais há anos, não pode reter os benefícios financeiros dessa prática”, assim como “quando a recuperação das áreas exploradas não for completa, deve haver indenização”. Ele destacou também a importância da preservação dos manguezais, já que os estados não costumam dedicar muita atenção a essas áreas.

A Subprocuradora-Geral da República Sandra Cureau, que também participou da mesa, chamou atenção para 53 artigos da nova lei que apresentam inconstitucionalidades, relacionados a temas como terras indígenas, empreendimentos de abastecimento público e tratamento de esgoto, áreas de preservação permanente e reservas legais.

Já Sérgio Kukina, falou sobre fatos atuais ligados ao meio ambiente, como o derramamento de óleo em São Sebastião, e o ano de 2013 dedicado à preservação da água. Assim como os outros debatedores, afirmou que “a nova lei ambiental não pode ter aspecto retroativo”. O painel também contou com a presença do procurador geral do Espírito Santo, Eder Pontes da Silva.

A abertura do último dia do congresso ficou por conta da ex-ministra Marina Silva, que foi um dos destaques do evento. Marina conceituou o desenvolvimento sustentável como uma forma de ser, não apenas uma maneira de fazer. Direcionou à platéia, composta de membros do Ministério Público, magistrados, parlamentares, integrantes do Poder Executivo federal, estadual e



Procurador de Justiça do MP RJ e Presidente da Abrampa, Sívio Bittencourt; Promotora de Justiça do MPPE e Diretora para Assuntos Internacionais da Abrampa, Ana Rúbia Torres de Carvalho; Ex-senadora e ex-ministra de Meio Ambiente, Marina Silva; Promotora de Justiça do MPSP e 2ª Secretária da Abrampa, Vânia Maria Tuglio; Conselheiro do CNMP e ex-presidente da Abrampa, Jarbas Soares Júnior; Promotora de Justiça do MPES e presidente da Comissão Organizadora do XIII Congresso, Isabela de Deus Cordeiro.



Ministro do STJ, Herman Benjamin; Promotora de Justiça do MPES e presidente da Comissão Organizadora do XIII Congresso, Isabela de Deus Cordeiro; Procurador de Justiça do MP RJ e Presidente da Abrampa, Sívio Bittencourt.



Procurador-Geral de Justiça do MPES, Éder Pontes da Silva; Ministro do STJ, Sérgio Luiz Kukina; Subprocuradora-Geral da República e Diretora-Presidente da Escola Superior da Abrampa, Sandra Cureau; Procurador de Justiça do MP RJ e Presidente da Abrampa, Sívio Bittencourt.

municipal, além de advogados e especialistas na área ambiental, uma mensagem de perseverança: “O Ministério Público tem demonstrado persistência em suas ações com relação ao meio ambiente, e isso reforça a esperança de acabar com a grave crise civilizatória na qual estamos inseridos.”

Em agradecimento à presença da ex-ministra, o procurador de Justiça do Rio de Janeiro Sívio Bittencourt, presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), entidade organizadora do congresso, falou sobre a importância de tê-la no evento. “O MP tem atribuições de acompanhar a atividade política, que acaba resvalando em ações judiciais. A presença de Marina aqui demonstra que existe uma forma de fazer política de maneira ética, e que é possível ter um relacionamento mais estreito com a nossa entidade”, disse.

Após a palestra sobre sustentabilidade da ex-ministra, o último dia prosseguiu com assuntos palpitantes como o novo Código Florestal, a poluição sonora e visual. As promotoras Vânia Maria Tuglio e Cristina Godoy de Araújo Freitas, do Ministério Público de São Paulo, Eladio Lecey, do Ministério Público de São Paulo e o presidente do Instituto de Democracia Socioambiental (IDS), João Paulo Capobianco, afirmaram que há um retrocesso no novo código e frísaram a importância do engajamento da sociedade civil não só com relação ao assunto, mas principalmente na hora de eleger seus representantes, que têm o poder de impedir o MP de cumprir o seu dever, e zelar pela segurança civil e pelo Meio Ambiente.

Fechando o ciclo de palestras, Ana Marchesan, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, André Silvani, do Ministério Público de Pernambuco e Philippe Gomes Jardim, do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, colocaram em pauta, respectivamente, a questão da adequação da iluminação pública e a poluição visual, o combate aos ‘crimes do som’ e a segurança no ambiente de trabalho.

ABERTURA

Na solenidade de abertura estiveram presentes a promotora Isabela de Deus, o presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público, promotor Marcello Queiroz, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, o diretor geral da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo, Luiz Fernando Schettino, procurador geral do Ministério Público do Trabalho, Luís Camargo, Secretária de Políticas Públicas de Emprego, Ana Lúcia Alencastro, o presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente, Cláudio Denicoli e o Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo, Eder Pontes.

Pontes discursou sobre a importância de um evento desse porte no Estado e abordou a PEC 37, que visa excluir o Ministério Público do cenário investigativo criminal. *“No estado do Espírito Santo, o MP conferiu aos seus promotores de Justiça ambientais atribuição criminal nessa seara. Trata-se de um Estado com forte vocação empresarial que resvala em questões ambientais. A alteração constitucional comprometerá o trabalho de nossos combativos promotores ambientais”,* argumentou.

No discurso de abertura do encontro, Bittencourt enfatizou a importância da união dos membros do Ministério Público no combate aos crimes ambientais. *“O debate de ideias não deve afetar a relação de amizade, o companheirismo e a fraternidade dos membros do MP. Nós não podemos incorporar práticas políticas que criticamos na política comum, que não sejam condizentes com a manutenção da unidade da nossa instituição, já que os inimigos externos têm todas as oportunidades de atacar prerrogativas que são da sociedade a partir da nossa desunião”,* afirmou o procurador.

O presidente da Abrampa também comandou a homenagem à Sílvia Cappelli, renomada autoridade brasileira comprometida em causas ambientais. Procuradora da Justiça e diretora de Assuntos Internacionais do instituto “O Direito por um Planeta Verde”, Cappelli foi fundadora da Abrampa e se dedica à implantação do desenvolvimento sustentável no Brasil, avaliando o papel Judiciário nesse contexto.

A noite do primeiro dia fechou com a palestra magna *“Constitui-*



Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público e Promotor de Justiça do MPES, Marcello Queiroz; Procurador-geral do Estado do Espírito Santo, Rodrigo Júdice; Diretor geral da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo, Luiz Fernando Schettino; Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Luís Camargo; Secretária de Políticas Públicas de Emprego, Ana Lúcia Alencastro; Presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente, Cláudio Denicoli; Procurador-Geral de Justiça do MPES, Eder Pontes; Procurador de Justiça do MPRJ e Presidente da Abrampa, Sávio Bittencourt; Promotora de Justiça do MPES e presidente da Comissão Organizadora do XIII Congresso, Isabela de Deus Cordeiro.



Promotor de Justiça do MPRS, Carlos Roberto Lima Paganella; Procuradora de Justiça do MPRS e ex-presidente da Abrampa, Sílvia Cappelli; Desembargador do TJRS, Eladio Lecey.

ção ambiental e direitos fundamentais”, ministrada pelo procurador do Estado do Mato Grosso, Patryck Ayala, que reforçou as palavras de Bittencourt no que se refere ao debate de ideias, salientando a importância de fazer com que o projeto constitucional seja capaz de oferecer alternativas e caminhos para proteger a identidade e a própria existência do Estado. *“Os tribunais são importantes, mas tribunais surdos não protegem o meio ambiente”,* destaca.

SEGUNDO DIA

No segundo dia do Congresso, o painel “Mineração e Meio Ambiente” constituído por representantes do MP do Espírito Santo, compartilhou exemplos práticos de atuação no setor, principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, região do Estado rica em massivos graníticos. Consoante, a

fala dos promotores Hermes Zaneti e Júlio de Castilhos ressaltou a carência de regulação. *“É custo para o Estado investir em fiscalização, quando o investimento deve ser do próprio explorador. Está previsto na constituição inverte a lógica dos órgãos públicos. Quem tem que pagar a conta é o empregador, e ele quer pagar, obter a licença. O Estado é que é desorganizado e não consegue atender a demanda”,* ressaltou Zaneti.

A palestra do Prof. Dr. Paulo Saldiva, da USP, movimentou a tarde do dia 18 com os dados alarmantes sobre os níveis de poluição atmosférica no Brasil e no mundo. *“Em São Paulo, estudo comprovou que os elevados níveis de poluição na cidade são responsáveis pela redução da expectativa de vida em cerca de um ano e meio”,* advertiu o professor.

Na mesma tarde, uma prática do MPES foi apresentada como exemplo aos membros do Ministério Público de todo o país: um convênio com a Tetra Pak e o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) para capacitar e valorizar os catadores de lixo, além de promover a educação ambiental, treinando professores da rede pública.

Também foi apresentado como uma boa prática a situação do Paraná. O promotor Saint-Clair Honorato mostrou exemplos das cidades como Tabagi, Marinalva e Bituruna que já avançaram com relação à questão. *“A associação de Curitiba deu certo. Existe solução, mas o poder público não quer que funcione, porque é barato”,* salientou. Participaram ainda no painel Saneamento e Resíduos Sólidos, Édisson Carlos, do Instituto Trata Brasil e Roberto Muniz, da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). No encerramento do dia, o debate girou em torno dos recursos hídricos com a explanação dos promotores mineiros Bergson Guimaraes e Thales Cardoso. Jorge Thierry, da Agência Nacional de Águas (ANA) também participou das discussões.

O CONGRESSO

O congresso foi realizado entre os dias 17 e 19 de abril, em Vitória, Espírito Santo, e reuniu mais de 400 promotores, procuradores, magistrados e especialistas em meio ambiente de todo o país. Contou com o patrocínio do Governo do Estado do Espírito Santo, Vale, Abividro, Caixa Econômica Federal, Cesan, Sindicom, Souza Cruz, Abcon, Abralatas, Inpev e Trata Brasil, além de diversos apoios institucionais.

“Este congresso promovido pela Abrampa se traduz em grandes oportunidades de encontro e debate entre os membros do Ministério Público de todo o País, com pessoas da sociedade civil e estudiosos do Direito Ambiental. Por se tratar de um importante fórum de discussões do Ministério Público brasileiro voltado à defesa e conservação do meio ambiente, a programação foi preparada de modo a tratar temas atuais e palpantes. Foi um momento rico de troca, agora vamos atuar de forma equalizada para obtermos melhores resultados”, concluiu o presidente da Abrampa, Sávio Bittencourt.



GESTÃO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

CAC

16 anos atuando no mercado imobiliário na Cidade Maravilhosa.



ADMINISTRAÇÃO, LOCAÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS DE ALTO PADRÃO EM TODO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Suporte na locação para executivos e expatriados.

Dispomos de um departamento jurídico especializado em Direito Imobiliário.



CJ-4858-0



ATENDIMENTO BILÍNGUE

55 21 3178.3950 55 21 2221.6098 55 21 9908.4494
www.cacimoveisrj.com.br

Ouçá a Rádio de Verdade!
www.mancheteonline.com.br

